

Sanear

A REVISTA DO SANEAMENTO BÁSICO



Associação das Empresas
de Saneamento Básico
Estaduais

Ano IV • nº 9 • Março/2010

A gestão regional e o saneamento básico em regiões metropolitanas

Veja os casos do Rio de Janeiro e da Bahia

Artigo: Procurador do RJ, Marcos Juruena, fala sobre saneamento, apontando soluções

Dificuldades na municipalização do saneamento
Estudo de caso: Mato Grosso

Edición especial para la Conferencia Latinoamericana de Saneamiento – Latinosan 2010
Lea el contenido en Español en la página 27



0 maior investimento em saneamento da história do nosso Estado

Saúde! A população do Espírito Santo tem muitos motivos e água de qualidade para brindar. O Governo do Estado e a Cesan estão fazendo o maior investimento em saneamento de todos os tempos com o programa Águas Limpas. São mais de 2.700 km de redes de água e esgoto, além de estações de tratamento, elevatórias e reservatórios de água. Tudo para proporcionar mais saúde e qualidade de vida aos capixabas.



- Implantação de 1.640 km de redes coletoras de esgoto
- Implantação de 1.113 km de redes de água
- 433.204 imóveis atendidos com coleta e tratamento de esgoto
- Construção de 16 Reservatórios de Água
- Construção de 140 Elevatórias de Esgoto
- Reforma e Ampliação de 23 Estações de Tratamento de Água
- Construção e Ampliação de 33 Estações de Tratamento de Esgoto



Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano



Caro leitor,

Em uma hipotética eleição do mês mais importante para o saneamento básico, março seria, certamente, o mais lembrado, em função do Dia Mundial da Água, celebrado no dia 22. O motivo é simples: a água é a matéria-prima não só do saneamento básico, mas também elemento fundamental para que o universo tenha a forma de vida que conhecemos. Por sua importância para a realidade brasileira, acontecerá em março a segunda edição da Conferência Latino-americana de Saneamento – Latinosan 2010.

Países de toda a América Latina e do Caribe enviarão representantes para o evento; diversas empresas que constituem a cadeia produtiva do saneamento estarão ali representadas; técnicos de diversas áreas terão a chance de verificar a realidade de outras partes do continente; representantes dos diversos países poderão trocar experiências, analisar e discutir técnicas e processos operacionais dos serviços de saneamento básico.

Todo esse conjunto de autoridades e de técnicos estará reunido em Foz do Iguaçu, com o propósito de debater melhores mecanismos de gestão, com o objetivo de apresentar a situação do saneamento nos diversos países e discutir caminhos para a universalização dos serviços. Esse evento conta com o apoio de diversos organismos internacionais de desenvolvimento e será o segundo a ser realizado – o primeiro ocorreu na Colômbia em 2008.

É possível concretizar esse ideal da universalização, bastando que se pense com clareza e praticidade, em formas adequadas para implementar políticas mais claras e efetivas, que ofereçam estabilidade para todo o setor, com a alocação de recursos necessários para ampliação do atendimento, qualificação técnica e suporte tecnológico.



Stênio Jacob

Diretor-Presidente da Aesbe e
Presidente da Sanepar (PR)

AESBE

A Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – Aesbe é uma entidade civil sem fins lucrativos que há 24 anos representa as empresas estaduais de água e esgoto do País. Juntas, essas companhias atendem a 3943 municípios, ou seja, cerca de 76% da população urbana brasileira.

Tem sede no Distrito Federal e dentre seus objetivos está o de zelar pelo interesse de suas associadas, promovendo o contínuo aperfeiçoamento técnico, por meio do intercâmbio de experiências, além de elaborar e divulgar estudos e trabalhos diversos. Para saber mais, acesse: www.aesbe.org.br.



As análises, opiniões e artigos publicados na revista Sanear são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam necessariamente a posição da Aesbe.

“A Revista Sanear é uma publicação da Aesbe”

Sumário

6 Mato Grosso

Pesquisa comprova que municipalização do saneamento não foi positiva

9 Região Metropolitana

Procurador Marcos Juruena aponta soluções para a polêmica do saneamento básico no Rio de Janeiro

10 Sistemas Integrados

Os “porquês” e a necessidade dos sistemas integrados para as metrópoles brasileiras

16 Artigo

O futuro dos serviços regionais, por Álvaro Menezes

17 Artigo

O que pensa o deputado Eduardo Sciarra sobre os avanços e os retrocessos do setor

19 Resíduos Sólidos

Lixo gerado por cariocas é transformado em biogás

21 Coluna Jurídica

23 Realização

26 Notas

Editorial

O leitor da Revista Sanear, acostumado a temas de interesse de todo o setor de saneamento, terá uma grata surpresa ao folhear esta edição. É que este número estará voltado, também, para os países da América Latina e Caribe e as reportagens têm tradução para a língua espanhola. Sim, estamos tratando de um exemplar único que atenderá às necessidades do leitor brasileiro e, também, dos participantes da segunda Conferência Latino-americana de Saneamento – Latinosan 2010, que acontece entre os dias 14 e 18 de março, em Foz do Iguaçu – PR.

É uma oportunidade única para mostrar um pouco da nossa realidade aos países vizinhos da América Latina e do Caribe. E escolhemos alguns temas de grande relevância para o saneamento no país, como as vantagens da integração dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ressaltando a situação do Rio de Janeiro e da Bahia.

Mas por que falar somente desses dois estados? Porque tramitam no Supremo Tribunal Federal duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade tratando da titularidade da prestação dos serviços de abastecimento público e de esgotamento sanitário nos dois estados, em especial em regiões metropolitanas e em sistemas integrados. A Bahia ilustra bem a necessidade dos sistemas integrados por falta de disponibilidade hídrica e o Rio de Janeiro comprova que o subsídio cruzado é uma forma de garantir o atendimento a localidades economicamente inviáveis.

Outro artigo explorado pela Revista é a apresentação de estudo de caso, resultado de uma análise dos serviços de saneamento básico prestados no estado do Mato Grosso. Esse caso é emblemático, pois no começo da década, o estado dissolveu a Cia. Estadual de Saneamento, entregando os serviços para os respectivos municípios. Os resultados apresentados sinalizam alguns fatos bastante conhecidos e, às vezes, ignorados: o modelo regional é o que melhor atende à população, por meio do subsídio cruzado e da economia de escala.

Desejamos a todos uma excelente leitura.



Seção do Leitor

Graduei-me em Direito no ano de 2009, tendo como tema da monografia "Remuneração dos Serviços de Saneamento Básico". Por ser um assunto em que a doutrina brasileira pouco fala e sendo esparsa a legislação brasileira, particularmente, tenho só a agradecer a todos que fazem a Revista Sanear em ajudar-me com seus artigos, escritos por técnicos capacitados e que entendem do assunto. Parabéns a todos!

Francisco de Assis Ferreira Martins
Economista - 2.756 Corecon - CE

A Sanear é um mergulho nas águas turvas e límpidas do setor de saneamento, face aos grandes problemas e soluções a que temos o privilégio de estar sempre tendo conhecimento, por meio desse excelente veículo de comunicação da Aesbe.

Ronaldo Resende
Economista, membro do Conselho de Administração da Abes Nacional

Quero parabenizar a equipe da **Sanear – A Revista do Saneamento** pela excelente qualidade do material publicado. Os editores conseguem proporcionar uma leitura informativa e ao mesmo tempo prazerosa, com um conteúdo aprofundado sobre as questões mais relevantes e que estão em pauta no âmbito do saneamento. A cada dia, fica mais difícil ignorar os problemas relacionados ao meio ambiente e ao saneamento, que influem diretamente na qualidade de vida das pessoas. Porém, não basta preocupar-se com os problemas. É preciso buscar as soluções. Um dos caminhos para se encontrar tais soluções é a leitura desta publicação especializada, que aborda as questões de forma objetiva, aprofundada, com abordagens que outras publicações não fazem. Isso é o que faz a **Revista Sanear**. Um cordial abraço a todos!

Paula Fonseca Domingues
Bióloga e Prestadora de Serviços da Sabesp
São Paulo

A Revista Sanear vem acrescentando mais experiência ao nosso trabalho desenvolvido na empresa. Gostaria de parabenizá-los pelas excelentes matérias apresentadas até o presente momento, bem como sugerir novas pautas sobre trabalhos socioambientais desenvolvidos nas companhias de saneamento.

Vivianne Barbosa
Assistente Social/CASAL

Expediente

Coordenação Editorial

Walder Suriani

Edição: Aurélio Prado (MTb - 222/TO)

Produção: Luciana Melo Costa (MT - 2492/DF)

Revisão: Ronaldo Farias

Tradução: Lucky Costa | Juliano Ferreira

Projeto Gráfico: Formatos Design Gráfico

Foto de capa: © istockphoto.com | padnpen

Impressão: Gráfica Coronário

Tiragem: 10.000 exemplares

Diretor-Presidente

Stênio Sales Jacob (Sanepar/PR)

Diretores Vice-Presidentes

José Evandro Moreira (Caer/RR)

Walter Gasi (Caern/RN)

Jessé Motta Carvalho Filho (Casal/AL)

Gesner Oliveira (Sabesp/SP)

Wagner Granja Victor (Cedae/RJ)

José Carlos Barbosa (Sanesul/MS)

Conselho Fiscal

Rosinete Gomes Nepomuceno Sena (Caerd/RO)

Alfredo Nogueira Filho (Cagepa/PB)

Paulo Ruy Valim Carnelli (Cesan/ES)

Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa

Coordenador: Nilson Pohl – SANEPAR

Dulce Luz – AGESPISA

Rosalina Sousa – AGESPISA

Vanda Vidigal – CAEMA

Marlete Pires Meneses da Silva – CAER

Arlete da Silva Barbosa – CAERD

Edwin Carvalho – CAERN

Ivete Guedes – CAESA

Francisco Nóbrega – CAESB

Márcio Teles – CAGECE

Jô Carvalho – CAGEPA

Hidelbrando de Almeida Neto – CAGEPA

José Francisco Alves – CASAL

Samuel Rodrigues – CASAN

Iuri Cardoso – CEDAE

Leila Oliveira Nascimento – CESAN

Rosineide Oliveira – COMPESA

Henrique Bandeira de Melo – COPASA

Paulo Flores – CORSAN

Milena Souza de Medeiros – COSANPA

Fernando Fontes – DESO

Débora Ximenes – EMBASA

Adriano Stringhini – SABESP

Paula Fontenelle – SABESP

Rui Eduardo Ferrascini Pacheco – SANEAGO

Bruno Rocha – SANEAGO

Jesuíta Fernandes – SANEATINS

Ivanilde Maria Muxfeldt Klais – SANEPAR

Adriana Viana – SANESUL

Paulo Ricardo Gomes – SANESUL

Fale conosco

Revista Sanear

+55 61 3326.4888 – Ramal 13

revistasanear@aesbe.org.br

Publicidade

editora@aesbe@aesbe.com.br

Pesquisa em Mato Grosso comprova: municipalização dos serviços não é caminho para universalizar o saneamento no país

A análise da municipalização do saneamento no MT aponta informações para a definição das políticas e do modelo de saneamento para o país

Diante de um histórico de resultados pouco significativos, que envolveram más gestões, recursos insuficientes, falta de investimento, política de recursos humanos deficiente, tarifas abaixo dos custos dos serviços, baixa renda da população, entre outros, o governo do Mato Grosso adotou uma solução simples e drástica para o saneamento básico no estado; ao invés de apoiar, fortalecer e modernizar a sua Companhia de Saneamento, a Sanemat, indicando gestores capazes, dando autonomia e condições de atuação, estabelecendo metas e cobrando resultados, extinguiu a empresa e entregou os serviços de saneamento aos municípios. Essa medida, adotada no início da década, não foi precedida de planejamento ou verificação das condições mínimas para que os municípios assumissem a nova responsabilidade.

Essa decisão criou um novo modelo de gestão para o saneamento no estado: o de municipalização plena, com dificuldades de reversão à gestão regional. Foram isolados os sistemas de saneamento rentáveis dos não-rentáveis e quebrada a espinha do mecanismo do subsídio cruzado, da economia de escala e da solidariedade tarifária entre ricos e pobres. Ao acabar com a gestão regional, o estado condenou os municípios menores a conviverem com serviços deficientes, com dificuldades de custeio via tarifas, bem como limitou o acesso a fontes de investimentos para a ampliação dos serviços.

Não consta que a população tivesse sido informada desse futuro incerto, tendo que conviver com serviços de saneamento de qualidade ruim, motivada por uma decisão política, no mínimo, equivocada. A privação do saneamento com qualidade será o destino dessa população, pobre e excluída?

Essa é uma questão que ainda está aguardando resposta.

Primeiros sintomas

os resultados iniciais dessa municipalização radical foram alarmantes, com os indicadores dos serviços sinalizando claramente níveis de retrocesso. O que não era bom ficara pior. Preocupados com esse panorama, estado e o governo federal firmaram convênio para avaliar a situação dos serviços de saneamento municipal no Mato Grosso. Em decorrência, em 2007, foi iniciada uma pesquisa em todos os 141 municípios do estado.

Os números revelaram as dificuldades da aplicação do modelo municipal em todo o estado. Em municípios superavitários, onde há possibilidade de amortizar os custos dos investimentos, da operação e da manuten-

ção dos serviços, esse modelo até demonstra viabilidade. Entretanto, em municípios economicamente inviáveis, a gestão municipal isolada não atende aos padrões mínimos de qualidade demonstrando que o modelo de gestão regional, com a efetiva participação do governo estadual, é a que melhor atende aos interesses da população. Isso é mais expressivo em estados onde há grande incidência de municípios de pequeno porte econômico e populacional.

Em que consistiu o trabalho no Mato Grosso

Com o tema “Municipalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Estado de Mato Grosso – Diagnóstico, Lições e Perspectivas”, foi desenvolvido estudo por um consórcio de empresas de consultoria¹, cujos objetivos básicos foram: “auxiliar o estado na busca de soluções para a melhoria da prestação dos serviços de saneamento e identificar lições para o setor de saneamento

¹ Consórcio Deloitte Azevedo Sette e Consix

Estratificação populacional nos municípios do Mato Grosso:

Até 20 mil habitantes	118 municípios
De 20 a 50 mil habitantes	14 municípios
De 50 a 100 mil habitantes	5 municípios
De 100 a 500 mil habitantes	3 municípios
Acima de 500 mil habitantes	1 município

brasileiro, por ser a primeira experiência de rompimento integral com o modelo estadual via municipalização”.

Foi analisada a prestação dos serviços de saneamento em todos os 141 municípios mato-grossenses. Os dados até então existentes eram precários (a base de informações é o ano de 2006), conforme destaca o relatório: “esses municípios ou não prestavam informações ao SNIS ou faziam-no de forma incompleta, impedindo que se analisasse a evolução do saneamento em Mato Grosso”.

Apesar de sua conclusão e contribuição para o estabelecimento de uma política nacional, não foram revelados os motivos para a não-divulgação do trabalho. Mesmo assim, a Aesbe teve acesso ao resumo elaborado pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de MT (Ager) e antecipa, a seguir, as principais conclusões do documento.

“Os resultados do trabalho foram muito importantes para o estado estabelecer um melhor planejamento e o levantamento mostrou que a situação está bastante crítica”, destacou a Ager. “Salvo exceções, os municípios ainda estão longe de um modelo que seria desejável, coexistindo com problemas das mais diversas ordens”, afirma a Ager.

Situação do abastecimento de água

A análise técnica operacional dos sistemas de água foi feita para as etapas de captação, tratamento, reservação, distribuição, hidrometração e qualidade dos serviços. Foi analisada a situação geral da performance de atendimento em cada uma das etapas, chegando a uma pontuação que refletisse a real situação apresentada.

- **Captação de água:** pode-se dizer que a situação está relativamente tranquila, apesar de 27 cidades apresentarem problemas que mereçam cuidados especiais. Como fato negativo, foi detectado que o município de Nova Monte Verde, criado em 1991 e com quase 10 mil habitantes, em 2006

ainda não tinha responsável pela prestação dos serviços de saneamento;

- **Tratamento de água:** analisado na sua amplitude, abrangendo o processo, a eficiência, a segurança, situação geral de todos os equipamentos existentes, a manutenção e automatização das ETAs, as tubulações, etc. O relatório apontou que, apesar de a média da pontuação não ser muito alta, o que poderia indicar bons serviços, esse item inspira muitos cuidados. Vinte e um municípios analisados receberam pontuação máxima, significando situação de calamidade e 36 estão com pontuação acima de 27 pontos, denotando uma situação grave e urgente. Em resumo, 40% dos municípios amostrados estão em situação que necessita de intervenção urgente, pois o contrário coloca em risco grande contingente populacional mato-grossense;

- **Reservação de água:** considerados os aspectos da capacidade de reservação, os cuidados e a segurança contra intrusos, equipamentos e sistemas elétricos em geral. A pontuação média alcançada foi de 21 pontos,

o que para a metodologia do estudo é um item que merece atenção. Complementando a análise, foi destacado que 72 cidades (50% do total da amostra) obtiveram nota que indica uma situação de gravidade ou de urgência;

- **Distribuição de água:** analisada nos quesitos de abrangência das redes, qualidade da tubulação, manutenção, segurança, sistemas elétricos, entre outros, a média da pontuação final indicou que há relativa tranquilidade, apesar de 5 municípios obtiverem pontuação máxima, de extrema gravidade, e 21 cidades estarem com pontuação elevada, revelando situação crítica.

- **Hidrometração:** merece cuidados especiais, tendo em vista a sua importância na obtenção das receitas e no controle do consumo e das perdas de água. Setenta e duas cidades (50% da amostra) apresentam situação de gravidade e 33 sistemas de abastecimento não possuem hidrômetros instalados em suas redes. Esse fato reflete negativamente no faturamento dos serviços.

Aspectos financeiros: No geral, o quesito foi considerado bem problemático. Por exemplo, 12 municípios pesquisados (9% da amostra) não cobram pelos serviços prestados. Do total, 50 municípios (36% da amostra), todos com população abaixo de 40 mil habitantes, exigem atuação prioritária para a solução dos problemas relacionados ao faturamento e cobrança. Esses problemas sinalizam necessidade de rápido equacionamento, pois limitam os avanços na qualidade da gestão e nos investimentos. Além disso, o correto tratamento das finanças dos serviços poderá definir melhor a necessidade de aporte de recursos de outras fontes: federal, estadual ou mesmo municipal.

Aspectos regulatórios: se a prestação dos serviços de saneamento no Mato Grosso precisa ser bastante aprimorada, a questão regulatória também. A análise destaca o seguinte: “a pontuação média obtida foi de 46.39 pontos, situação que merece uma atenção especial, pois observamos a deficiência no que tange à regulação e à fiscalização da prestação dos serviços nos municípios, bem como a necessidade de se estabelecer cooperação entre entes que exerçam, cada qual, a sua competência, de modo a proporcionar um serviço adequado, em cumprimento aos ditames constitucionais.” O relatório é muito claro, tendo em vista a recente introdução de diretrizes para o saneamento, por meio da Lei nº 11.445/07 e mais precisamente, pelas dificuldades de ser estabelecido um arcabouço de regulação dos serviços de saneamento em um estado bastante carente de recursos materiais e de pessoal especializado.

Situação do esgotamento sanitário

Os serviços de esgotamento sanitário foram tratados na sua integralidade, abrangendo a coleta, grau de tratamento e as condições da disposição dos efluentes líquidos. Nesse quesito

não há motivos para comemorações. O relatório foi sucinto e claro, destacando que “a maioria das cidades não possui sistema de coleta e tratamento de esgotos e nenhuma o possui, na sua totalidade, com eficiência”. Dos 141

municípios pesquisados, 122 obtiveram a pontuação máxima, o que representa a pior situação possível (87% da amostra); os demais municípios apresentaram sistemas de esgotos sanitários precários.

Conclusões

SUBSÍDIOS PARA DEFINIÇÃO DO MODELO INSTITUCIONAL PARA O SETOR

Análise desse documento nos remete a diversas situações que envolvem certezas, dúvidas e, principalmente, possibilidade de inferir conclusões. Se bem utilizado, pode ser um valioso instrumento para definir políticas de saneamento em todo o país. Mais ainda, os resultados apresentados podem subsidiar a definição do melhor modelo de gestão do setor de saneamento: se municipal ou regional.

Algumas questões merecem resposta. São elas:

1. Quais os motivos de o documento ainda não ter sido publicado, apesar de concluído?
2. Face aos números encontrados e com a possível falta de perspectivas para a universalização dos serviços com qualidade, a preços módicos e com a rapidez necessária, por que a SNSA não se manifestou sobre essa questão, inclusive mantendo um posicionamento ambíguo com relação ao modelo de saneamento regionalizado?
3. O relatório por si só não apresenta números e cenários que mostram que a situação institucional do saneamento é suficientemente grave, indicando que os responsáveis pela política federal de saneamento devem iniciar essa discussão urgentemente?
4. Tendo em vista que o modelo institucional dos serviços de saneamento ainda não foi definido (a titularidade ainda está em discussão no STF), não seria importante retomar essa discussão, sem paixão e sem viés ideológico, focando o melhor atendimento à população?
5. O relatório menciona que foram criados alguns consórcios para o saneamento e, mesmo com esse arranjo institucional, os serviços não melhoraram. Esse fato não indicaria que o consórcio intermunicipal para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é inadequado?
6. Existiriam recursos orçamentários públicos ou de fundos para a ampliação dos serviços e, principalmente, para a operação e manutenção? De onde sairiam esses recursos?
7. Seria viável o estado de Mato Grosso montar uma estrutura de apoio administrativo, operacional e institucional aos municípios com indicadores ruins? Qual o custo e o prazo para isso?
8. A discussão do modelo institucional para o saneamento poderia ser feita com exemplos e resultados de outros

estados – Acre e Amazonas – onde ocorreu processo semelhante ao saneamento do Mato Grosso. Por que isso não ocorre?

9. Tendo em vista que os números indicam que o modelo de gestão regional para o saneamento é o melhor para o país, por que não há reconhecimento explícito pela SNSA? É por que não se trabalha para o seu fortalecimento?
10. É preciso entender que a institucionalização do setor se encontra em uma encruzilhada e que decisões precisam ser adotadas urgentemente, em razão de:
 - a) A municipalização dos serviços atende somente às cidades de maior porte;
 - b) O modelo regional do saneamento tem sustentabilidade mesclando municípios rentáveis com os não-rentáveis. Não existe possibilidade de sustentação do modelo regional só com os municípios deficitários, mas em compensação, é o modelo que mais facilmente pode independe de recursos orçamentários.

O modelo regional atende hoje a quase 4 mil municípios, sendo 80% de pequeno porte e com população abaixo de 30 mil habitantes. Esses números mostram que uma desmontagem do modelo regional traria, em médio prazo, um caos para os quase 40 milhões de pessoas que moram nesses locais.

Finalmente, o documento apresenta elementos suficientes para entender que a municipalização dos serviços só terá resultados positivos se houver apoio efetivo do estado na gestão, definição e alocação de recursos para investimentos, custeio para atendimento aos carentes, com uma estruturação que vise à gestão dos serviços dos municípios de menor porte.

A partir dos exemplos de municipalização ampla ocorrida em Mato Grosso, Acre e Amazonas é possível definir as políticas públicas para o saneamento com dados reais. As informações existentes são mais do que suficientes. Não há mais justificativas para que os responsáveis pelo setor atuem de forma temerária e defendam modelos insustentáveis para o saneamento básico.

O mais é demagogia de quem não entende de saneamento ou tem interesses próprios e, ainda, não pensam na universalização dos serviços, com qualidade e no menor prazo possível.



Marcos Juruena Villela Souto

Professor do Mestrado em Direito da Universidade Cândido Mendes; Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho; Procurador do Estado do Rio de Janeiro

No setor de saneamento não é nova e está longe de acabar a discussão sobre os limites de competência estadual para a execução das ações de saneamento básico. De um lado, a Lei Maior previu a competência dos estados para a instituição de regiões metropolitanas (seu art. 25, § 3º), tendo sido editada a Lei Complementar nº 87/97, do Estado do Rio de Janeiro, que “dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, e sobre a Microrregião dos Lagos, define as funções públicas e serviços de interesse comum e dá outras providências”. Tal norma atribuiu aos estados a competência para o desenvolvimento de todo o ciclo da água, a saber, a captação, o tratamento, o transporte e a distribuição.

Logo surgiu a alegação de usurpação de competências, com violação da autonomia municipal, tendo sido ajuizada a ADIn nº 1842/RJ, em razão da qual todas as entidades e investidores ficaram em espera da definição sobre os limites da competência estadual em matéria de Região Metropolitana.

Os investimentos com recursos federais deixaram de ocorrer, pois mesmo os modelos de consórcios públicos e de convênios de cooperação (CF, art. 241 e Lei nº 11.105/2007) pressupõem que não haja qualquer dúvida sobre

A solução do Rio de Janeiro para a polêmica do saneamento básico na Região Metropolitana

quem é o competente para prestar o serviço e que, diante de tal competência, poderia delegá-lo, total ou parcialmente, para outra entidade federada ou para particulares. Essa definição não ocorreu ainda e o julgamento no STF está longe de ser concluído – já são mais de doze anos de espera de uma decisão que dê segurança jurídica.

Como o bem jurídico maior que está em jogo não é a competência, mas a preservação da vida, da saúde e do meio ambiente, diante dos impasses e do dever de todos de zelarem por tais valores, é legítimo pretender compor litígios. Daí se ter pensado, no âmbito do Estado e do Município do Rio de Janeiro em um “Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações”, para, assim, viabilizar que o serviço seja colocado à disposição da população em áreas ainda não atendidas adequadamente.

Foi previsto um prazo de cinquenta anos, que dá estabilidade aos investimentos e se pretende preservar o pacto, qualquer que seja a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Em um contexto de notórias dificuldades financeiras por parte de todos os poderes públicos, é imperioso, em função dos princípios da subsidiariedade e da economicidade, não só privilegiar o investimento privado (decorrência lógica do princípio da livre iniciativa – fundamento da República, como se vê no art. 1º, IV), como não alocar recursos públicos onde podem ser obtidos investimentos privados, para que os recursos públicos sejam afetados a situações onde o capital privado não é admitido ou nos setores onde não haja lucratividade a oferecer.

Só que para atrair o capital privado, é fundamental oferecer não só segurança jurídica como um prazo adequado para a recuperação de um investimento, que, por sua vez, deve ser colocado à disposição da população a custos módicos.

Foi em nome dessa segurança que o artigo 10 da Lei nº 11.445/2007 vedou a utilização de instrumentos de natureza precária.

Daí se justificarem não só o prazo, neutralizador dessa precariedade, como o compromisso de preservar o termo e os contratos dele decorrentes, qualquer que seja a decisão do Supremo Tribunal Federal, encerrando os litígios já existentes, que estão ao alvedrio das partes compor.

Enfim, tudo isso se dá em um contexto em que se discute uma competência que aqui se sustenta ser inequivocamente estadual. No caso do Estado do Rio de Janeiro, em especial, há aspectos geográficos, ligados às características das bacias hidrográficas, que se conciliam com aspectos econômicos e sociais; afinal, diante do fenômeno da conurbação, o interesse deixa de ser estritamente local e assume nítida feição regional, a justificar a competência estadual; resta aguardar a manifestação da Corte Suprema, o que, contudo, não autoriza a inércia.

É fundamental esclarecer que não se dá nem alienação ou renúncia, tanto de competências quanto de bens ou receitas. Há composição de conflitos, para viabilizar o serviço e, com ele, a preservação da saúde, do ambiente e, por consequência, dos deveres de bem administrar e de atendimento da dignidade da pessoa humana.

A eficiência dos sistemas integrados de água e de esgoto pressupõe a gestão regional

Os serviços de saneamento básico possuem forte componente de integração. A participação do Estado via companhias estaduais de água e esgotos é um agente facilitador para a universalização dos serviços.





Após 20 anos de discussão sobre a competência para a prestação dos serviços de saneamento básico, o setor ainda enfrenta a ausência de uma definição acerca da titularidade desses serviços públicos. A disputa entre estados e municípios há mais de uma década constitui pauta no Supremo Tribunal Federal. A cautela dos ministros é evidenciada pelos pleitos de vistas dos autos que demonstram o receio dos impactos de uma decisão que afetará a vida de milhões de brasileiros.

Enquanto a questão não é definida, os operadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário atuam na prestação desses serviços, por meio da gestão de sistemas isolados e locais (as infraestruturas e serviços estão compreendidas nos limites geográficos de um mesmo município) e sistemas integrados de saneamento básico (as infraestruturas e serviços abrangem mais de um município).

No que concerne ao sistema integrado esse está presente em regiões de alta densidade demográfi-

ca, comumente adstritas a divisões geopolíticas como as regiões metropolitanas, microrregiões, aglomerações urbanas e as regiões integradas de desenvolvimento econômico. Essa é também uma estratégia encontrada pelas empresas para atender às localidades com baixa oferta hídrica.

Por meio da integração dos sistemas, as concessionárias captam água bruta e viabilizam o acesso a municípios que passam a ser beneficiados com a água tratada, independente da distância da captação.

Gestão Regional

Apesar de o Brasil concentrar cerca de 12% da água doce existente no mundo, essa água não está distribuída igualmente pelo país. Essa realidade é fator determinante para que as empresas utilizem a gestão por meio de sistemas integrados. Cumpre ressaltar que pelo menos 70 milhões de brasileiros recebem água tratada por meio da integração de sistemas, segundo estudos da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe).

No estado da Bahia, por exemplo, das 417 cidades existentes, 355 são operadas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), mas para que a companhia forneça água para 98,7% da população urbana, foi necessária a integração de 102 siste-

mas de abastecimento. Isso significa atender a mais de 10 milhões de baianos, sendo que 6,5 milhões de pessoas só têm água em virtude dos sistemas integrados de saneamento.

A integração dos sistemas de saneamento básico assegura não apenas a democratização da água, mas também a possibilidade da operação - por parte das empresas - em municípios onde o investimento, seja ele qual for, não tenha retorno, ou seja, por meio do subsídio cruzado e da aplicação da economia de escala, as prestadoras de serviços estaduais têm condições financeiras de atender aos municípios economicamente inviáveis, implementando obras, gerando empregos e reduzindo os déficits de saúde.

Outro relevante exemplo é o estado do Rio de Janeiro. De acordo com informações da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), mais de 80% da arrecadação tarifária da empresa vem, unicamente, da Região Metropolitana.

Cabe frisar que a integração dos sistemas é uma realidade no Brasil, entretanto nesta edição destacamos os estados da Bahia e Rio de Janeiro por serem os estados diretamente envolvidos nas questões pendentes de julgamento nas principais Ações Diretas de Inconstitucionalidade (1842-RJ e 2077-BA), que tratam da competência para a prestação dos serviços de saneamento.

Sanear

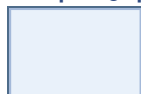
A REVISTA DO SANEAMENTO BÁSICO

Uma publicação da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais - Aesbe



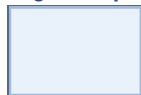
FORMATOS

2ª capa e 3ª página



- 42,0 x 27,5 cm
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 40x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

Página Dupla



- 42,0 x 27,5 cm
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 40x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

Página



- 21x27,5 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 19x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

1/2 página



- 21x13,75 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 18x11,75 área de reserva (logos, textos, etc.)

1/3 de página



- 7,0 x 27,5 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 5x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

3ª e 4ª capas



- 21x27,5 cm tamanho total sem sangria
- 0,5 cm sangria para cada lado
- 19x25,5 área de reserva (logos, textos, etc.)

CIRCULAÇÃO

9ª Edição - Mar/2010 | 10ª Edição - Jun/2010
11ª Edição - Set/2010 | 12ª Edição - Dez/2010

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Formato fechado - 21,0 x 27,5 cm | Periodicidade - trimestral
Tiragem - 10 mil exemplares | Impressão - offset | Circulação nacional



Sede do STF, em Brasília-DF

ADIs do Rio de Janeiro e da Bahia aguardam decisão do STF

A competência para a prestação dos serviços de saneamento está sob apreciação no Supremo, por se tratar de matéria que trará grandes repercussões em estados e municípios

O setor tem presenciado ao longo dos 12 anos de tramitação das ADI's o receio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal em afetar a segurança jurídica dos contratos e instrumentos de cooperação que alavancam o setor e principalmente dos impactos socioeconômicos que poderão advir da interpretação constitucional sobre a titularidade dos serviços de saneamento.

A ADI 1842-RJ dispõe sobre a composição, organização e gestão da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, além de definir as funções públicas e serviços de interesse comum metropolitana na Microrregião dos Lagos, e a ADI 2077-BA trata da inclusão, na constituição do estado da Bahia, da competência do ente para instituir diretrizes e prestar, diretamente ou mediante concessão, os serviços de saneamento básico sempre que os recursos econômicos ou naturais incluam-se entre seus bens, ou que necessitem integrar a organização, o planejamento e a execução de interesse comum de mais de um município.

O julgamento dessas ações é muito importante para o setor de sa-

neamento, pois será um marco para a gestão dos serviços públicos, já que a decisão do STF norteará os litígios que envolvam questões relacionadas à competência para gerir as funções públicas de interesse comum, executadas nas regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas e definirá o ente federativo responsável pela prestação de serviços públicos de saneamento.

A análise desses temas é de extrema relevância para o setor, tanto assim que a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe) e o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) realizaram em novembro do ano passado o seminário "Serviços Públicos de Saneamento nas Regiões Metropolitanas". Para debater sobre o tema foram convidados renomados especialistas como o professor da Universidade de São Paulo (USP), Alaôr Caffé Alves, o doutor em Direito pela Freie Universität, Andreas J. Krell, e o especialista em água e saneamento, consultor do Banco Mundial, Marcos Thadeu Abicalil.

Também participou dos debates o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, que discorreu sobre

o seu voto no julgamento das ADIs, proferido na Suprema Corte em abril de 2008. Em sua decisão, o ministro propôs a criação de uma "estrutura colegiada" – a ser instituída por lei complementar e formada pelo conjunto de municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Microrregião dos Lagos – à qual competirá a gestão dos serviços de saneamento.

Foi destacado no voto do ministro que essa estrutura colegiada deverá zelar pela não sobreposição de vontades entre os entes integrantes do conjunto. Disse ele: "Seria pouco efetivo deixar [o saneamento] a cargo apenas dos municípios [que compõem as RMs], pois se fosse apenas de sua responsabilidade, poderia ser interpretado como expropriação de um bem [água] que pertence à União e aos estados", justificou o ministro aos presentes no seminário.

O voto do ministro foi inovador em relação aos demais proferidos na ADI 1842 ao propor a suspensão da eficácia da decisão por um prazo de 24 meses, tempo necessário para que os entes políticos possam se adequar ao entendimento firmado pela interpretação da Constituição.

A integração dos sistemas de água na Bahia é vital

A Bahia não dispõe de recursos hídricos para atender a todos os seus habitantes. O recôncavo baiano é um dos lugares mais secos do país e só subsiste porque a Embasa interligou os sistemas de abastecimento público

A integração de sistemas de abastecimento de água na Bahia é vital para o estado. Para se ter uma ideia da importância desse tipo de arranjo gerencial, dos mais de 10 milhões de pessoas atendidas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), cerca de 6,5* milhões recebem água tratada graças a 102 sistemas integrados. Foram esses mesmos 102 sistemas que possibilitaram um índice, considerável, no abastecimento público urbano da Bahia: 98,7% dos moradores das cidades atendidas pela Embasa possuem água de qualidade em suas torneiras.

A integração dos sistemas de água, na Bahia, possibilita, além da economia de escala, o subsídio cruzado entre cidades, por meio de tarifas.

Tanto isso é verdade que 69% da arrecadação tarifária de água da Embasa provêm do sistema integrado de abastecimento da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Apesar de representar o maior volume na arrecadação tarifária da empresa, o sistema integrado da RMS é tido com um dos menores em número de localidades envolvidas, apenas duas: a própria Salvador e a cidade de Lauro de Freitas. No total, a RMS possui oito sistemas integrados.

O volume expressivo na arrecadação total da Embasa, somente na Região Metropolitana de Salvador, possibilita que a concessionária tenha condições financeiras favoráveis para operar em cidades e, ainda, em localidades cuja situação econômica chagaria a inviabilizar o investimento público.

ATUALMENTE, segundo dados da Embasa, existem 417 cidades na Bahia, sendo que 355 delas recebem água tratada pela empresa baiana, isso equivale dizer que a Empresa Baiana de Água e Saneamento está presente em 85% do estado. As outras 62 cidades têm sua população atendida por operadores locais ou privados.

Curiosidades

1. O sistema integrado de abastecimento de água de Irecê é o maior da Bahia, em extensão. Ele possui 569,8 km de adutora (batizada popularmente de “adutora do caju”) e mais 676,5 km de rede de distribuição;
2. A exemplo da Região Metropolitana de Salvador, a Bahia possui vários SIAA envolvendo apenas duas localidades.

* A população atendida pelos 102 sistemas integrados de abastecimento público da Bahia é: 6.521.920 de baianos, segundo a média de habitantes estabelecida pela PNAD/IBGE.

Os sistemas integrados e o subsídio cruzado no Rio de Janeiro

O estado fluminense ilustra como a integração dos sistemas viabiliza o atendimento a sua população e assegura a gestão e a aplicação de recursos financeiros em municípios deficitários

Até aqui, o leitor deve ter compreendido a importância da integração de sistemas de água e de esgoto para os habitantes de diversas regiões brasileiras. Sim, a integração de sistemas não só é uma realidade, como também é uma necessidade, tanto para atender à demanda social, quanto para assegurar que as concessionárias brasileiras prestadoras dos serviços de abastecimento e de esgotamento sanitário tenham “saúde financeira” para operarem nessas localidades.

O melhor exemplo para ilustrar esse caso é o estado do Rio de Janeiro. Por meio da aplicação da economia de escala e, também, do subsídio cruzado, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) tem a possibilidade de operar em cidades financeiramente inviáveis. Para se ter uma ideia disso, a Cedae atende a 64 municípios e 90% do que é arrecadado pela Companhia Estadual vêm, unicamente, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Esse percentual, informado pelo presidente da Cedae, Wagner Granja Victer, é o que possibilita as operações da empresa, haja vista o alto investimento que é realizado em cidades cuja arrecadação não é suficiente para uma amortização relativamente rápida. “Nós investimos em alguns municípios, por exemplo, Maricá (R\$ 85 milhões) e Itaperuna (R\$ 50 milhões). É o maior investimento que

esses lugares já receberam, em sua história. Então, em muitos lugares o tempo de retorno dos investimentos seria de 200 ou 300 anos”, comentou Victer.

O presidente da Cedae foi enfático ao afirmar que não há a menor condição de municípios, especialmente os menores, operarem seus próprios sistemas. Além do fato de que muitos deles sequer têm um manancial com vazão suficiente para o abastecimento público, alguns, simplesmente, não têm condições financeiras para investir nos sistemas de abastecimento e de esgotamento sem a devida contrapartida econômica. “Não existe serviço sem uma contraprestação de pagamento. É uma coisa impensável. Nem a Cedae, nem qualquer prestadora de serviços – de gás, telecomunicação ou energia elétrica – teria condições de operar individualmente nas cidades, sem o subsídio cruzado”, argumentou Victer.

Titularidade

Wagner Victer comentou também que a Cedae vê com otimismo

a tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1842, no Supremo Tribunal Federal, que trata sobre a competência da titularidade dos serviços de saneamento básico nas regiões metropolitanas. Segundo ele, o voto do ministro Gilmar Mendes (presidente do STF), indica a questão da responsabilidade das duas partes (municipal e estadual), sendo que a tendência natural é a definição pela regionalização, ou melhor, pela manutenção dessa responsabilidade nas mãos das companhias estaduais.

Segundo ele, uma decisão contrária a essa, seria “uma coisa ameaçadora para o Brasil, pois existe o risco de os municípios que têm maior escala (quando o retorno dos investimentos é possível) não quere-rem subsidiar as cidades cuja operação é economicamente inviável.” E vai mais além: “Isso geraria desequilíbrios de infraestrutura que não acontecem quando uma companhia estadual está no controle. E esse desequilíbrio estrutural pode fazer com que uma região venha a morrer!”

CERCA de 8 milhões de cariocas recebem água tratada em casa, graças ao sistema integrado de abastecimento público, cujo “coração” é o Sistema Guandu que, desde 2007, é considerado o maior produtor de água do mundo: um total de 43 mil litros por segundo.



Álvaro José Menezes da Costa
Engenheiro Civil, vice-
presidente de Gestão
Operacional da CASAL e Diretor
Nordeste da ABES

O futuro dos serviços regionais

O mercado de saneamento tem passado por significativas mudanças nos últimos anos, principalmente em razão da promulgação da Lei 11.445/07. Mesmo que antes dela tenham se iniciado algumas alterações no tipo de prestador de serviço, a sua existência, se não trouxe plena segurança jurídica, pelo menos deu mais coragem para que se discutisse, de forma objetiva, quem poderiam ser os prestadores dos serviços de saneamento - água e esgoto - no Brasil. Assim, apenas para adotar um indicador de comparação diante de tantos outros que existem, podemos ver que em 216 municípios já há empresas privadas trabalhando desde concessões plenas até contratos de gestão e que, de 2001 até 2009, saiu-se de 6 milhões para 13,9 milhões de habitantes atendidos por essas empresas.

Por outro lado, os prestadores locais públicos, segundo o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) 2007, estão presentes hoje em 1.379 municípios atendendo a 35,7 milhões de habitantes contra aproximadamente 18 milhões em 2001. Os prestadores regionais, por sua vez, vêm fazendo jus à força empresarial que ainda representam, pois atuam em 3.965 municípios e atendem

a quase 113,3 milhões de habitantes, enquanto atendiam a 95,7 milhões, em 2001.

Como ocupam mais espaço no mercado e possuem grandes números econômicos e operacionais, os prestadores de serviços regionais, ou seja, as Companhias Estaduais de Saneamento, são, ao mesmo tempo, alvo da ira de seus clientes pelas deficiências que possuem e objeto de cobiça pelos gestores públicos municipais. A situação se agrava nas cidades do Norte e Nordeste, onde ainda há uma acentuada participação do interesse pessoal dos líderes políticos sobre o interesse da sociedade, interferindo na gestão dos serviços de saneamento e fazendo crer que o mais importante é garantir emendas parlamentares para execução de obras, ao invés de se trabalhar pela sustentabilidade financeira dos prestadores de serviços, visando ao melhor atendimento à população.

Não há como deixar de registrar também a permanente comparação entre as formas de prestação de serviços de saneamento, notadamente entre as de características locais, públicas ou privadas, e as de abrangência regional. Observando a realidade do mercado brasileiro de saneamento e os resultados obtidos por prestadores regionais e locais, podemos começar propondo uma avaliação das cidades com até 50.000 habitantes.

Quem pode dar maior garantia de investimentos sustentáveis e baseados em reais projetos de engenharia? Quem pode implantar um sistema de gestão capaz de desenvolver procedimentos gerenciais para obtenção de maior produtividade, melhor resultado financeiro, efetivo controle opera-

cional e aplicação de tarifas justas e compatíveis com a capacidade de pagamento dos clientes?

Quem pode estabelecer um cronograma regular de execução de obras para alcance da universalização? Quem pode dispor de quadros gerenciais e técnicos capazes de prestar atendimento de qualidade aos clientes? Ainda é fácil afirmar que as Companhias Estaduais são a melhor resposta. Em linhas gerais, os serviços locais de natureza pública, infelizmente, estão mais sujeitos a problemas que vão desde o populismo que impede a cobrança da conta mensal, até a falta de condições financeiras e administrativas para gerenciar um serviço que exige despesas com pessoal qualificado, energia elétrica, produtos químicos e equipamentos.

Muitas Companhias Estaduais são, hoje, um excelente exemplo de empresas que, mesmo sendo públicas, conseguem funcionar com estratégias empresariais baseadas em gestão e resultados, graças a mudanças que nasceram da decisão de governadores os quais, ao profissionalizarem a direção das empresas, possibilitaram as suas equipes de gerentes, técnicos e líderes a passarem a trabalhar, realmente, comprometidos com sustentabilidade financeira, busca de resultados e respeito aos clientes.

Um desafio que persiste, principalmente em estados do Norte e Nordeste, é fazer com que a opção pela visão empresarial na prestação dos serviços de saneamento seja uma política de governo e não uma decisão pessoal de bons governantes.



Eduardo Sciarra

Engenheiro, Deputado Federal pelo Paraná e Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados

“A proposta de regulamentação apresentada inova em questões tão complexas quanto à titularidade dos serviços ou na imposição de novas obrigações não previstas originariamente na Lei de Saneamento, além disso, invade a competência de estados e municípios na definição de critérios e regras mais adequadas a sua situação particular.”

Entre avanços e retrocessos no saneamento básico

O papel de um legislativo é muito mais do que simplesmente propor a formulação de leis. Ele é a caixa de ressonância das preocupações e anseios da sociedade. Nele se discutem, além dos temas do momento – é claro –, também questões estruturais ligadas ao desenvolvimento econômico e social sustentável do país.

Nesse sentido, o Congresso Nacional tem discutido – e aprovado – uma série de iniciativas que visam estabelecer as diretrizes nacionais para a formulação e condução de diversas políticas públicas, que são objeto da ação dos governos Federal, Estaduais e Municipais. Entre elas destacam-se o Estatuto das Cidades, A Política Nacional de Saneamento Básico e diversos projetos de lei versando sobre planejamento e gestão do solo urbano, habitação, infraestrutura urbana e transportes.

A Política Nacional de Saneamento Básico, publicada em janeiro de 2007, é uma dessas iniciativas, que comprovam a relevância do papel do legislativo dentro de um estado democrático. A Lei número 11.445/07 definiu o marco regulatório do setor e estabeleceu, para além de qualquer dúvida, os princípios da universalização do acesso, da integralidade e intersectorialidade das ações e da participação social e cria ainda a necessidade da formulação de Planos Municipais e/ou Regionais de Saneamento Básico para funcionarem como os principais instrumentos de planejamento e gestão.

Entre diversas definições possíveis, entende-se Saneamento Básico como um conjunto de ações estruturadas de forma a preservar ou modificar as condições do meio ambiente, visando tanto a prevenir doenças, quanto a promover a saúde pública. Ele é composto dos seguintes serviços: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

De acordo com o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto elaborado a partir de dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), publicado em 2007 e divulgado pelo Instituto Trata Brasil, somente 32,5% da população eram atendidos pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto, enquanto apenas 19,1% da população total do país, por serviços de abastecimento de água.

Também nos serviços de drenagem urbana, os números apontados pelo SNIS são negativos. Apenas 21,4% dos municípios brasileiros possuem serviços de drenagem. E mesmo nos municípios nos quais o serviço está instalado, verificam-se problemas relacionados à sua manutenção e à impermeabilização do solo, o que tem resultado em focos de alagamento e inundações nos períodos de chuva.

Já os números referentes à coleta de resíduos sólidos no espaço urbano, significativamente melhores

(apenas 1,5% da população não são atendidas pela coleta domiciliar), representam apenas a primeira parte do processo de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos. Segundo o mesmo relatório, 28,2% das unidades de processamento de resíduos sólidos não passam de lixões. É importante destacar que este último número se refere apenas às unidades cadastradas no SNIS.

Entre 2003 e 2008, os investimentos em saneamento básico não superaram a casa dos R\$ 4,8 bilhões por ano. Dados do setor e do próprio Ministério das Cidades indicam que a necessidade de investimentos, para que se possa alcançar a meta de universalização, são da ordem de R\$ 280 bilhões. Dessa forma, a meta de universalização do sistema prevista para 2022 somente se materializará daqui a mais de meio século.

Ao se olhar para esses números, fica claro que muito ainda deve ser feito para se alcançar a meta de universalização de atendimento. A questão então é: por que não avançamos mais?

Há uma clara percepção do setor de que, além da necessidade de novas fontes de recursos e das dificuldades de acesso às existentes – sejam elas públicas ou privadas –, o que falta é um marco regulatório claro e estável. E é justamente no atraso da regulamentação da Lei 11.445/07 que residem os principais problemas. Essa normatização deveria contribuir para clarificar os termos e artigos da lei e estabelecer os procedimentos operacionais no âmbito do Executivo Federal, sem jamais inovar em termos de regras – isto é, indo além daquilo que foi definido na norma legal.

Nos últimos dois anos e meio, sem que houvesse qualquer regulamentação, o setor iniciou um processo

de retomada dos investimentos utilizando os mais diversos modelos de gestão, como: consórcios, contratos de programas, contratos entre entes públicos federados, concessões com o setor privado e parcerias públicas e privadas, entre outros. Isso sem contar com o sem número de instrumentos que têm sido utilizados na captação dos recursos necessários para a ampliação da infraestrutura, que vão desde a emissão de obrigações até títulos de participação (tais como as ações).

Embora a ausência da regulamentação da Lei 11.445/07 não tenha prejudicado o desenvolvimento do setor, seguramente atrasou a realização de diversos projetos.

Entretanto, não se pode deixar de ressaltar os riscos decorrentes de uma normativa mal formulada. A minuta apresentada pelo Ministério das Cidades, para a discussão junto aos órgãos do Executivo, traz no seu bojo o risco de provocar um efeito contrário àquele que a sociedade espera – que é o aumento dos investimentos em saneamento e a universalização dos serviços prestados.

A proposta de regulamentação apresentada inova em questões tão complexas quanto à titularidade dos serviços ou na imposição de novas obrigações não previstas originariamente na Lei de Saneamento, ora invade a competência de estados e municípios na definição de critérios e regras mais adequadas a sua situação particular.

A norma deve, entre outros elementos importantes, apresentar os critérios a serem utilizados pelo Governo Federal no financiamento público de obras de saneamento básico e ainda deixar espaço para que os demais entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) regulem critérios de planejamento, ges-

“É necessário que o Congresso Nacional, os governos e a sociedade civil organizada avancem na busca de soluções para outros pontos fundamentais para o desenvolvimento do setor, tais como a desoneração tributária e a garantia de novas fontes de recursos”.

tão e controle de acordo com suas necessidades e realidades específicas.

Não cabem, no decreto, portanto, inovações estranhas à Lei ou introduções indesejáveis nas demais esferas de competência normativa. Foi-se o tempo em que o Estado Central tinha as respostas (ou melhor, uma única resposta) para os problemas enfrentados de Norte a Sul do país. Espera-se que a regulamentação tenha o condão de permitir um avanço e a perenização dos investimentos no setor e não que ate um nó, provocando uma paralisação nos projetos em decorrência do aumento das incertezas quanto ao arcabouço jurídico do setor.

Fica um alerta final: a regulamentação da Lei do Saneamento não é nenhuma panaceia universal. Esse é apenas mais um passo no sentido da universalização dos serviços em todo o país. É necessário que o Congresso Nacional, os governos e a sociedade civil organizada avancem na busca de soluções para outros pontos fundamentais para o desenvolvimento do setor, tais como a desoneração tributária e a garantia de novas fontes de recursos.

Lixo carioca vira biogás e rende dinheiro ao RJ

Após um rigoroso processo de purificação do metano, comumente gerado pela decomposição de lixo orgânico, gás puro é convertido em créditos de carbono e em projetos socioambientais.

O metano é um gás incolor, de pouca solubilidade na água e altamente prejudicial ao meio ambiente que, além de venenoso pode ser revertido em ações socioambientais. A Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) contratou a empresa Gás Verde para gerenciar as 8,8 mil toneladas de lixo gerado por dia pelos moradores do Rio de Janeiro e depositado no aterro de Gramacho, onde foram construídas – pela Gás Verde - uma usina de biogás e uma estação de tratamento do chorume (líquido extremamente poluente, formado pela mistura da água de chuva e do lixo contido no aterro).

Em janeiro, a gerenciadora do aterro de Gramacho assinou um contrato de venda do biogás purificado à Petrobras. O contrato, válido por 20 anos, vai garantir a sustentabilidade da usina de biogás e da estação

Lixo produzido pelos cariocas é transformado em “gás verde” na usina de biogás

Resíduos Sólidos

de tratamento do chorume, além de beneficiar a associação de catadores do aterro. “A usina e a estação de tratamento são projetos de custo alto para serem mantidos. Com o biogás, além de mantermos sustentáveis os projetos de preservação do meio ambiente e de continuarmos ganhando crédito de carbono, vamos receber receitas pela venda do gás”, afirma a presidente da Comlurb, Angela Fonti.

Segundo ela, o contrato de concessão da operação do aterro estabelece o seguinte: 36% da venda de todos os créditos de carbono são destinados à Comlurb, mas a metade desse percentual, ou seja, 18%, vai para o fundo de recuperação do bairro do jardim Gramacho. Os outros 18% ficam na Companhia, para o desenvolvimento de ações de melhoria na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Além disso, a empresa Gás Verde tem obrigação de depositar, durante 14 anos, R\$ 1,2 milhão, por ano, no Fundo de Participação dos Catadores. Essa cláusula obriga a concessionária a fazer esse depósito após



Angela Fonti, presidente da Comlurb

o fechamento do aterro, o que deve acontecer nos próximos dois anos. Como o aterro foi formado sobre um manguezal, a concessionária deverá fechá-lo. Esse dinheiro deve ser utilizado para capacitar os catadores em outras áreas profissionais.

“A ideia é fazer com que ganhem uma profissão que pode ser de soldador, pedreiro, eletricista, ou outra, e tenham mais chances de reconstruir suas vidas no mercado formal de trabalho. Depois, fechamos todo o aterro e não haverá mais nenhuma parte descoberta. Se contabilizarmos as famílias desses catadores que

ainda dependem dessa pequena parte o número pode chegar a três mil”, afirma Paulo Mancuso Tupinambá, sócio da empresa Gás Verde SA.

De acordo com a Comlurb, cada tonelada de gás que não é lançada na atmosfera corresponde a um crédito em carbono, que vale em torno de 11 Euros. Em 15 anos, o valor dos créditos acumulado pode chegar a R\$ 253,9 milhões. Nesse mesmo espaço de tempo, pretende-se produzir e vender à Petrobras 1,5 bilhão de metros cúbicos de biogás, que será levado para a Refinaria Duque de Caxias, por meio de dutos.

O aterro de Gramacho é hoje quase todo coberto com argila, em nada lembrando o antigo cenário do local. Não há mais lixo descoberto e todo o material poluente é destruído e renovado. Apenas uma pequena parte do aterro foi deixada descoberta para que os cerca de 800 catadores que ganham sua sobrevivência com a coleta do lixo não sejam prejudicados. Entretanto, por volta dos próximos dois anos, essa pequena parte será coberta.

Viabilidade

Um empreendimento como a usina de biogás, para ter viabilidade, deve ser montado em um local onde a produção mínima de lixo seja de 200 toneladas por dia, ou seja, em um local onde há, pelo menos, 400 mil habitantes. A usina de biogás, por meio de três flares (queimadores) evita que cerca de 75 milhões de metros cúbicos de metano, por ano, sejam liberados para a atmosfera.



Fotos: Ascom/Comlurb



Elizabeth Costa de Oliveira Góes

Advogada especialista em

Direito do Saneamento

Consultora Jurídica da Aesbe

juridico@aesbe.org.br

A evolução da água na Constituinte Brasileira

Temos reiteradamente abordado nos textos da Revista Sanear as teses que fundamentam o debate sobre a titularidade para a prestação dos serviços de saneamento, mesmo porque a definição da competência poderá trazer novos ditames para a condução das relações contratuais e de cooperação que alavancam o desenvolvimento das infraestruturas de água e esgoto no país.

Contudo, existem premissas básicas não comumente exploradas e, portanto, desconhecidas por muitos, mas cuja ciência é fundamental para a correta compreensão das atribuições contidas na Constituição Federal em vigor.

Para exemplificar um dos erros de premissa mais comuns, utilizaremos o texto constitucional e os aspectos normativos concernentes ao recurso natural “água”. Discorreremos sobre o domínio, competência para legislar sobre a matéria, para instituir sistemas e critérios de outorga de direitos de seu uso, para sua proteção, conservação e matérias correlacionadas.

O domínio da água

A Constituição de 1988, ao tratar do recurso natural “água” partilhou o seu domínio entre a União e os Estados. Ficou definido que são bens da União “os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham...”, (Artigo 20, inciso III) e são bens dos Estados “as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obra da União”, (Artigo 26, inciso I).

Dito isso, podemos afirmar que o Código de Águas (Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934), notadamente em seu capítulo que trata da propriedade das águas públicas, não foi recepcionado pela Constituição vigente, por colidir com as mudanças introduzidas pelo constituinte, como a exclusão do domínio dos municípios sobre as águas que estão situadas exclusivamente em seu território.

Assim, conforme disposto na Carta Magna, não existem águas públicas de domínio municipal no Brasil.

A competência da União

Embora o constituinte tenha dividido entre a União e os Estados o domínio sobre as águas, a competência legislativa foi atribuída privativamente à União (Artigo 22, inciso IV), o que caracteriza a chamada heteronomia de

“Assim, conforme disposto na Carta Magna, não existem águas públicas de domínio municipal no Brasil.”

KELSEN¹. Isso significa que na prática o Estado tem o domínio sobre o bem, mas a expressão de seu poder político sujeita-se às normas definidas pela União.

Apesar da primazia da União no campo legislativo, ao realizar a aplicação sistemática da Constituição, podemos concluir que cabe ao Estado complementar a legislação federal, disciplinando e adequando os

aspectos específicos do tema às peculiaridades que lhe cabem no exercício do domínio.

Também foi atribuída à União a competência para instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso (Artigo 21, inciso XIX), o que se deu por intermédio da Lei nº 9.433 datada de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e regulamentou o dispositivo constitucional.

As atribuições da União não estão limitadas aos artigos que mencionam diretamente a água, pois ao estabelecer diretrizes para o saneamento básico (Artigo 21, inciso XX), dispõe sobre bacias hidrográficas e recursos hídricos, como podemos depreender da Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

O que compete aos Estados?

Cumpra aos Estados e à União legislar concorrentemente sobre a defesa dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente, controle da poluição (Artigo 24, inciso VI) e responsabilidade por dano ao meio ambiente (Artigo 24, inciso VIII).

No exercício dessa competência, cabe à União a edição de normas gerais e aos Estados, suplementar no que couber (Artigo 24, § 2º). Na ausência de normas federais, o Estado pode legislar plenamente para atender a suas peculiaridades, mas na superveniência de lei federal sobre normas gerais, a lei estadual será suspensa no que for contrária (Artigo 24, § 3º e § 4º).

Além da competência concorrente com a União, os Estados têm a prerrogativa de instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões formadas pelo agrupamento de municípios limítrofes com o propósito

de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Essa certamente é uma das faculdades mais relevantes nos dias de hoje, em que as divisões territoriais que separam os municípios foram suplantadas pelas conurbações em alguns casos formadas pelo intenso movimento migratório da população do campo para as metrópoles.

A integração desses entes encontra amparo na necessidade de promover condições de desenvolvimento e salubridade, independente da geografia, relevo, disponibilidade hídrica ou da condição econômica e financeira da população instalada em áreas que ultrapassam limites territoriais.

Competência comum à União, Estados e Municípios em matéria de água

No sistema federativo brasileiro, entre as incertezas decorrentes das disputas pela prestação de serviços de água, há questões em que os entes não se podem omitir, diante da clareza do constituinte ao definir que todos os entes devem proteger, promover e combater.

Entre essas destacamos a competência comum da União, Estados e Municípios para proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas (Artigo 23, inciso VI) e promover a melhoria das condições de saneamento básico (Artigo 23, inciso X). Esses são deveres destinados aos entes da Federação, pouco importando o domínio sobre a água ou se há a atribuição de legislar sobre a matéria, tratando-se de um poder-dever.

Conclusão

Desde o início dos tempos a humanidade evoluiu mediante a existência de condições mínimas que garantam a sua sobrevivência e de forma elementar a água está presente em todas as etapas da vida.

Após analisar a sistemática constitucional que direta e indiretamente disciplina a atuação dos entes da Federação em relação ao recurso natural “água”, como consequência natural há um despertar para a importância do recurso hídrico e as preocupações reveladas pelo constituinte ao limitar a atuação dos Estados e Municípios ao mesmo tempo em que compromete todos os entes com o dever de proteger e conservar.

Por esses motivos é fundamental conhecer a Constituição e as responsabilidades que decorrem de seu caráter impositivo. Assim, será menos árdua a tarefa de cobrar de cada ente as obrigações decorrentes de sua legitimação, previstas na Carta Magna.

¹ Jurista austríaco (1881-1973), autor de “Teoria Pura do Direito”.

EMBASA

Investimento na Bahia será de R\$ 3 bilhões

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) executará, neste semestre, três grandes obras estruturantes de abastecimento na região sisaleira, beneficiando mais de 350 mil pessoas. Os investimentos ultrapassam R\$ 100 milhões e fazem parte do programa "Água Para Todos", do Governo da Bahia, que até o final de 2010 deverá investir R\$ 3 bilhões em saneamento básico na capital e no interior do estado. No semiárido, sedes e localidades de 30 municípios serão beneficiadas com a construção da adutora de Pedras Altas, a ampliação do Sistema Integrado de Serrinha e com o reforço nos serviços de água de Conceição do Coité. *(Assessoria de Imprensa da Embasa)*



CASAL

Iniciada pesquisa sobre vazamentos em Maceió

A Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) iniciou, em janeiro, pesquisa de vazamentos e perdas não-visíveis na área de abrangência no reservatório R-4, situado no bairro do Farol, em Maceió. Esse trabalho faz parte do Programa de Combate e Redução de Perdas, inserido no convênio firmado entre a Casal e a Companhia de Saneamento Básico

do Estado de São Paulo. Nos serviços, são utilizados equipamentos eletrônicos modernos baseados em geofonamento e ultrassom. Outro trabalho do programa são as visitas técnicas aos imóveis de Maceió, iniciadas em fevereiro. O objetivo é obter informações sobre ligações domiciliares de água e hidrômetros. *(Assessoria de Imprensa da Casal)*

SABESP

Aprovados R\$ 826 milhões em debêntures

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) teve aprovada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a emissão de R\$ 826 milhões em debêntures. Os recursos serão destinados ao programa de investimentos 2009/2011, que soma R\$ 1 bilhão, e irão colaborar com a meta da companhia de

universalizar, até 2018, os serviços de água e esgoto em sua área de atuação. As debêntures serão adquiridas pelo BNDES e pelo BNDESPar, braço de investimento em empresas do banco. Serão três emissões, no valor de R\$ 275,37 milhões cada uma, divididas em três séries. *(Assessoria de Imprensa da Sabesp)*

CAGEPA

Água para Tibiri II por mais 20 anos

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) iniciou a segunda etapa da ampliação do sistema de abastecimento de três bairros da cidade de Santa Rita, dentre eles o Tibiri. Serão implementados a troca e o aumento dos conjuntos motorbomba, construção de uma nova linha adutora e de um reservatório apoiado com capacidade para armazenar 3000 m³ de água. Segundo a Cagepa, o objetivo é dobrar a capacidade de adução. Os R\$ 3,5 milhões do projeto vêm das obras de abastecimento de água executadas no Bessa, Valentina Figueiredo e no próprio Tibiri II, quando da execução de sua primeira etapa. *(Assessoria de Imprensa da Cagepa)*

CESAN

Resultados históricos em 2009

Em 2009 a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) alcançou resultados nunca antes obtidos. O destaque fica para o investimento de mais de R\$ 300 milhões, projetados para 2010. A aplicação dos recursos será possível devido ao desempenho dos empregados de gestão e de operação. Em reconhecimento, a Cesan promoveu o "Destaque Gestão 2009", evento para 400 pessoas. Foram entregues 80 certificados às equipes que desenvolveram e implantaram projetos, em 2009. A Cesan também teve índice de 68,7% de satisfação do cliente. *(Assessoria de Imprensa da Cesan)*

SANEPAR

Zona de raízes trata esgoto em Foz do Iguaçu

O sistema alternativo de tratamento de esgoto por zona de raízes, implantado na escola municipal Padre Luigi Salvucci, de Foz do Iguaçu, apresenta bons resultados, segundo técnicos da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). As análises mostraram que o tratamento é eficiente. Foram analisados mais de 20 parâmetros, entre químicos e biológicos do esgoto in natura e do efluente tratado. A análise de Demanda Química de Oxigênio (DQO), que mede a redução da carga orgânica existente no esgoto - um

dos parâmetros responsáveis para testar a eficiência do tratamento - mostrou variação positiva entre 52% e 99%, apresentando uma média de 85,5%. Desenvolvido pelas biólogas da Universidade Federal do Paraná, Tamara Van Kaick e Caroline de Macedo, o sistema alternativo de tratamento de esgoto por zona de raízes vem se mostrando ideal para regiões de solo com baixa

capacidade de absorção e filtragem de material orgânico. O sistema veio da Alemanha. São utilizadas plantas aeróbicas como papiro, cana-da-índia, cortadélia, sterelizia e helicônia. As raízes dessas espécies são responsáveis pela retenção dos dejetos e pela oxigenação. (Assessoria de Imprensa da Sanepar)



SANEATINS

Educação Ambiental quer acabar com óleo de cozinha nas redes

A mais nova companhia estadual de saneamento a aderir a projetos de reciclagem de óleo de cozinha é a do Tocantins (Saneatins). Em parceria com a empresa Collection Reciclagem, realiza campanhas de Educação Ambiental. O projeto prevê a coleta seletiva do óleo de bares, restaurantes e residências, armazena-

mento adequado e o beneficiamento que o torna biodiesel. O óleo de cozinha, consumido por milhões de pessoas e descartado de forma incorreta, é altamente poluidor, pois, além de entupir, prejudica o tratamento do esgoto e produz grande quantidade de gás metano. (Assessoria de Imprensa da Saneatins)

CAER

Educação Ambiental é ação prioritária

A Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) há mais de 20 anos, concentra esforços em atividades de Educação Ambiental nas universidades, associações de moradores, igrejas e outras organizações visando a diminuir o choque cultural que pode criar déficit ambiental, já que a capital Boa Vista é o palco de uma das maiores miscigenações culturais do país. Mais de 80% das escolas do estado receberam palestras, onde maquetes de estações de tratamento de água e de esgoto são utilizadas como ferramentas pedagógicas, oferecendo conhecimento sobre racionalidade da água e tratamento de efluentes. (Assessoria de Imprensa da Caer)

CAGECE

Consumo de água no Ceará cresceu em 2009

O consumo de água no Ceará (levando em consideração os 149 municípios atendidos pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece) aumentou 4% em 2009 em comparação com o ano anterior. Em 2009, a população cearense consumiu 232 milhões de metros cúbicos de água tratada pela concessionária. O volume consumido no período representou nove milhões de metros cúbicos de água a mais do que em 2008. Na mesma comparação feita para a capital, o aumento no consumo foi de cinco milhões de metros cúbicos de água. Com isso, houve um incremento de 3,3% no volume consumido. Um dos principais motivos para o aumento no volume consumido se deve ao incremento no número de clientes. (Assessoria de Imprensa da Cagece)



CAERN

73% de Natal serão saneados até 2014

Para dotar Natal de estrutura sanitária adequada na ocasião dos jogos da Copa de 2014, a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern), está investindo R\$ 323,7 milhões, sendo R\$ 283,3 milhões em esgotamento sanitário e R\$ 40,4 milhões em melhorias e ampliações de redes de abastecimento de água da capital. Com esse investimento, a capital passará dos atuais 33% para 61% de atendimento com coleta de esgotos. A Caern também encaminhou projeto no valor de R\$ 215,6 milhões para o PAC da Copa, que serão suficientes para sanear 73% da cidade e 100% da zona Sul. (Assessoria de Imprensa da Caern)



COSANPA

Novos tempos no saneamento do Pará

Está prevista para o mês de março a maior obra de saneamento do Norte do país. Ao assumir o governo do estado, em 2007, a governadora, Ana Júlia Carepa, garantiu à Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) recursos para retomar as obras de ampliação da estação de captação de água bruta do rio Guamá e da estação de tratamento de água do Bolonha, cuja capacidade de produção passa-

rá de 3,2 mil l/s para 6,4 mil l/s. As obras estavam paralisadas há mais dois anos. Com o Complexo Bolonha (estação de captação e estação de tratamento), a Cosanpa dará solução para o abastecimento de água em Belém e região metropolitana para os próximos 20 anos. As obras contam com recursos da ordem de R\$ 110 milhões, financiados pela Caixa Econômica Federal e contrapartida do governo estadual. (Assessoria de Imprensa da Cosanpa).



SANESUL

Aumento de 750% nos investimentos em MS

A prestação de contas apresentada na comemoração dos 31 anos da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S/A (Sanesul) demonstra que entre 2007 e 2010 estão sendo investidos R\$ 420 milhões em saneamento no estado. O valor é 750% maior do que os R\$ 49,2 milhões in-

vestidos nos quatro anos anteriores ao atual governo. Um vídeo com os investimentos realizados mostrou o salto na qualidade e nos recursos, a partir de 2007. Os números comprovam aumento de 400% nos recursos investidos, em comparação a todos os investimentos realizados entre 1999 e 2009. É um salto de R\$ 84 milhões para R\$ 420 milhões, sendo que 60% dos recursos são da Sanesul e do Governo do Estado. (Assessoria de Imprensa da Sanesul)

Latinosan 2010

Planejando o Uso Racional de Energia Elétrica



2010
CONFERENCIA LATINOAMERICANA
DE SANEAMIENTO

É grande a preocupação com a redução dos custos operacionais dos serviços de saneamento básico nos países da América Latina. Diversas ações já foram realizadas e outras estão em planejamento ou em execução. Aproveitando o encontro de técnicos da América Latina e do Caribe na Latinosan 2010, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), a Itaipu Binacional e a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) promoverão nos dias 13

e 14 de março de 2010, em Foz do Iguaçu (PR), organizaram o seminário *Planejando o Uso Racional de Energia Elétrica em Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotos Sanitários*.


O evento é voltado para gerentes, assessores e técnicos de empresas prestadoras de serviços de água e esgotamento sanitário na área de energia elétrica e membros dos comitês de gestão energética dos operadores dos serviços de água e esgotos e se insere na Rede de Cooperação entre os Operadores de Sa-

neamento Básico da América Latina e Caribe (WOP LAC). Dentre os objetivos do seminário destacam-se a estruturação de ações para o planejamento estratégico do uso racional de energia elétrica; apresentar boas práticas em serviços de manutenção de sistemas elétricos; compartilhar experiências entre os participantes em temas relacionados com a eficiência energética; treinar gerentes e técnicos em temas voltados à eficiência energética; e identificar oportunidades para a economia de energia em empresas de saneamento.

Perguntar não Ofende!

PAC: para Acelerar o Crescimento


Ultimamente, até para justificar atrasos em programas governamentais, tem sido noticiado que houve desmonte do Estado e, com a falta de profissionais qualificados, o setor público perdeu um pouco de sua capacidade de executar. Mas, o que dizer de setores onde ocorreu exatamente o contrário? Exemplo: até recentemente o saneamento, que não tinha “nem casa nem endereço”, foi apresentado com um Ministério e uma Secretaria. E os atrasos nos empreendimentos não foram reduzidos.

 Quem sabe não houvesse maior celeridade nos empreendimentos se fossem desburocratizadas atividades, simplificados os normativos, retiradas as exi-

gências descabidas, uniformizados os procedimentos para o financiamento da Caixa e do BNDES, aceleradas as licenças ambientais e adotados procedimentos de financiadores internacionais?

Dúvidas cruéis: confusões em curto prazo


A Lei nº 11.445/07 trouxe avanços, inclusive na obrigatoriedade dos titulares fazerem os planos de saneamento, para todos os sistemas de água e esgoto.

 Duas questões se apresentam: haveria garantia de recursos para implementar esses planos? A destinação dos recursos adotaria os critérios epi-

demiológicos, de baixo IDH, de carências gerais da população, e os outros definidos nos planos de saneamento?

Titularidade: confusões a médio prazo

Os problemas institucionais envolvendo o saneamento básico brasileiro são inesgotáveis. Quando tudo parecia caminhar para a normalidade, afinal temos a Lei nº 11.445/07, que regulamenta o setor, surgem questões de solução complexa.

 Por exemplo: como montar um marco regulatório para o setor, de responsabilidade do titular, se o STF ainda analisa a competência para a prestação dos serviços?”

Sanear

LA REVISTA DEL SANEAMIENTO BÁSICO



Asociación de las
Empresas de Saneamiento
Básico Estadual

Año IV • nº 9 • Marzo/2010

Sistemas integrados y la necesidad de la gestión regional

Véanse los casos de Rio de Janeiro y de Bahia

Artículo: Procurador de Rio de Janeiro, Marcos Juruena, habla sobre solución para el saneamiento

Dificultades de la municipalización del saneamiento
Estudio de caso: Mato Grosso



Stênio Jacob

Director Presidente de Aesbe y
Presidente de Sanepar (PR)

AESBE

La Asociación de las Empresas de Saneamiento Básico Estaduales – Aesbe es una entidad civil sin fines de lucro que desde hace 24 años representa las empresas estaduales de agua potable y agua negra de todo el país. Esas compañías juntas atienden a 3.943 ciudades, lo que representa un 76% de toda la población brasileña. Aesbe está sedeada en el Distrito Federal y entre sus objetivos está asistir los intereses de sus asociadas al promover el continuo perfeccionamiento técnico por medio de intercambio de experiencias, además de desarrollar y divulgar estudios y trabajos diversos.

Sepa más al acceder a
www.aesbe.org.br.



Estimado lector,

En una hipotética elección del mes más importante para el saneamiento ambiental básico, marzo ciertamente sería el elegido en función del Día Mundial del Agua que es celebrado el día 22. El motivo es sencillo: el agua es la materia prima no sólo del saneamiento básico, como también elemento fundamental para que el universo tenga formas de vida como la conocemos. Por su importancia para la realidad brasileña, ocurrirá en marzo la segunda edición de la Conferencia Latinoamericana de Saneamiento – Latinosan 2010.

Países de toda Latinoamérica y del Caribe enviarán representantes para el evento; diversas empresas que constituyen la cadena productiva del saneamiento estarán allí representadas; técnicos de diversas áreas tendrán la oportunidad de verificar la realidad de otras partes del continente; representantes de los diversos países podrán cambiar experiencias, analizar y discutir técnicas y procesos operacionales de los servicios de saneamiento básico.

Todo ese conjunto de autoridades y de técnicos estarán en Foz do Iguacu con el propósito de debatir mejores mecanismos de gestión con el objetivo de presentar la situación del saneamiento en los diversos países y discutir los caminos para la universalización de los servicios. Ese evento cuenta con el apoyo de diversos organismos internacionales de desarrollo y será realizado por segunda vez – la primera ocurrió en Colombia en el 2008.

Es posible concretar ese ideal de universalización, basta que se piense con claridad y funcionalidad, en formas adecuadas para implementar políticas más claras y efectivas que ofrezcan estabilidad para todo el sector, con la destinación de los recursos necesarios para la ampliación de la cobertura, calificación técnica y soporte tecnológico.

Editorial

El lector de la revista *Sanear* suele encontrar temas de interés de todo el sector de saneamiento y tendrá una sorpresa al leer esta edición. Este número será dirigido también a los países de Latinoamérica y Caribe y los reportajes tienen traducción a la lengua española. Se trata de un ejemplar único que atenderá a las necesidades del lector brasileño así como las de los participantes de la segunda Conferencia Latinoamericana de Saneamiento – Latinosan 2010, que ocurre entre los días 14 y 18 de marzo en Foz do Iguaçu – PR.

Es una oportunidad única para mostrar algo de nuestra realidad a los países vecinos de Latinoamérica y del Caribe. Escogemos algunos temas de gran relevancia para el saneamiento en el país, como las ventajas de la integración de los sistemas de abastecimiento de agua y desagüe sanitario, destacando la situación de Río de Janeiro y de Bahía.

¿Pero por qué solamente esos dos estados? Porque tramita en el Supremo Tribunal Federal dos Demandas Directas de Inconstitucionalidad tratando de la titularidad de la prestación de servicios de abastecimiento público y desagüe sanitario en los dos estados, en especial en las regiones metropolitanas y en sistemas integrados. Bahía ejemplifica la necesidad de los sistemas integrados por falta de disponibilidad hídrica y Río de Janeiro comprueba que el subsidio cruzado es una forma de garantizar la atención de las localidades económicamente inviables.

Otro artículo abordado por la Revista es la presentación de estudios de caso, resultado de un análisis de los servicios de saneamiento ambiental básico prestado en el estado de Mato Grosso. Ese caso es emblemático, pues en el comienzo de la década el estado había disuelto la Cia. Estadual de Saneamiento, entregando el servicio a los respectivos municipios. Los resultados presentados señalan algunos hechos bastante conocidos, y por veces ignorados: el modelo regional es el que mejor atiende a la población, por medio del subsidio cruzado y de la economía de escala.

Deseamos a todos una excelente lectura.



Índice

30 Mato Grosso
Pesquisa comprueba que municipalización del saneamiento no ha sido positiva

33 Región Metropolitana
Procurador Marcos Juruena apunta soluciones para la polémica del saneamiento básico en Río de Janeiro

34 Sistemas Integrados
Sistemas Integrados
Los “porqués” y la necesidad de los sistemas integrados para las metrópolis brasileñas

40 Artículo
El futuro de los servicios regionales, por Álvaro Menezes

41 Artículo
Qué piensa el diputado Eduardo Sciarra sobre los avances y retrocesos del sector

43 Residuos Sólidos
Basura generada por cariocas es transformada en biogás

45 Columna Jurídica

47 RealizAcción

50 Notas

Pesquisa en Mato Grosso comprueba: Municipalización de los servicios no es camino para universalizar el saneamiento en el país

El análisis de la municipalización del saneamiento en Mato Grosso apunta informaciones para la definición de las políticas y del modelo de saneamiento para el país

Delante de un histórico de resultados poco significativos, que envolvieron malas gestiones, recursos insuficientes, falta de inversión, política de recursos humanos deficiente, tarifas abajo de los costos de los servicios, baja renta de la población, entre otros, el gobierno de Mato Grosso adoptó una solución simple y drástica para el saneamiento básico en el estado; en vez de apoyar, fortalecer y modernizar su Compañía de Saneamiento, la “Sanemat”, indicando gestores capaces, dando autonomía y condiciones de actuación, estableciendo retos y cobrando resultados, extinguió la empresa y entregó los servicios de saneamiento a los municipios. Esa medida, adoptada al inicio de la década, no fue precedida de planeamiento o verificación de las condiciones mínimas para que los municipios asumieran la nueva responsabilidad.

Esa decisión creó un nuevo modelo de gestión para el saneamiento en el estado: el de municipalización plena, sin posibilidad de reversión a la gestión regional. Fueron aislados los sistemas de saneamiento rentables de los no rentables y fue roto el eje del mecanismo del subsidio cruzado, de la economía de escala y de la solidaridad tarifaria entre ricos y pobres. Al acabar con la gestión regional, el estado condenó los municipios menores a que convivan con servicios deficientes, con dificultades de gasto vía tarifas, así como limitó el acceso a fuentes de inversiones para la ampliación de los servicios.

No consta que la población hubiera sido informada de ese futuro incierto, teniendo que convivir con servicios de saneamiento de calidad mala, motivada por una decisión política, como mínimo, infeliz. ¿La privación del saneamiento con calidad será el destino de esa población, pobre y rechazada? Esa es una cuestión que todavía aguarda respuesta.

Primeros síntomas

Los resultados iniciales de esa municipalización radical fueron alarmantes, con los indicadores de los servicios señalando claramente niveles de retroceso. Lo que no era bueno había quedado peor. Preocupados por ese panorama, estado y Gobierno Federal firmaron convenio para evaluar la situación de los servicios de saneamiento municipal en Mato Grosso. Por ello, en 2007, fue iniciada una averiguación en todos los 141 municipios del estado.

Los números revelaron las dificultades de aplicación del modelo municipal en todo el estado. En municipios mayores, donde hay posibilidad de amortizar los costos de las inversiones, de la operación y de la manutención de los servicios, ese modelo incluso

demuestra viabilidad. Mientras tanto, en municipios menores, donde esa viabilidad no ocurre, la gestión municipal aislada no atiende a los patrones de calidad requeridos y el modelo de gestión regional, con la efectiva participación del gobierno estadual, es la que mejor atiende a los intereses de la población. Eso es más expresivo en estados donde hay gran incidencia de municipios de pequeño porte, económico y poblacional.

En qué consistió el trabajo en Mato Grosso

Con el tema “Municipalización de los Servicios de Abastecimiento de Agua y de Alcantarillado Sanitario en el Estado de Mato Grosso – Diagnóstico, Lecciones e Perspectivas”, fue desarrollado estudio por un consorcio de empresas de consultoría¹, cuyos objetivos básicos fueron: “auxiliar el estado en la búsqueda de soluciones para la mejoría de la prestación de los servicios de saneamiento e identificar lecciones para el sector de saneamiento brasileño, por ser la primera experien-

¹ Consorcio Deloitte Azevedo Sette y Consix

Estratificación poblacional en los municipios de Mato Grosso:

Hasta 20 mil habitantes	118 municipios
De 20 a 50 mil habitantes	14 municipios
De 50 a 100 mil habitantes	5 municipios
De 100 a 500 mil habitantes	3 municipios
Arriba de 500 mil habitantes	1 municipio

cia de ruptura integral con el modelo estadual vía municipalización”.

Fue analizada la prestación de los servicios de saneamiento en todos los 141 municipios “mato-grossenses”. Los datos hasta entonces existentes eran precarios (la base de informaciones es el año de 2006), conforme destaca el informe, al informar que “esos municipios o no prestaban informaciones al SNIS o lo hacían de forma incompleta, impidiendo que se analizara la evolución del saneamiento en Mato Grosso”.

A pesar de su conclusión y contribución para el establecimiento de una política nacional, no fueron revelados los motivos para la no divulgación del trabajo. Aún así, la “Aesbe” tuvo acceso al resumen elaborado por la Agencia Estadual de Regulación de los Servicios Públicos Delegados de MT (“Ager”) y anticipa, a seguir, las principales conclusiones del documento.

“Los resultados del trabajo fueron muy importantes para el estado establecer un mejor planeamiento y el levantamiento ha enseñado que la situación está bastante crítica”, señaló la “Ager”. “A excepción, los municipios todavía están lejos de un modelo que sería deseable, coexistiendo con problemas de las más diversas órdenes”, afirma la “Ager”.

Situación del abastecimiento de agua

El análisis técnico operacional de los sistemas de agua ha sido hecha para las etapas de captación, tratamiento, reservación, distribución, “hidrometración” y calidad de los servicios. Fue analizada la situación general de la performance de atendimento en cada una de las etapas, llegando a una puntuación que reflejara la real situación presentada.

• **Captación de agua:** se puede decir que la situación está relativamente tranquila, a pesar de que 27 ciudades hayan presentado problemas que merezcan cuidados especiales. Como hecho negativo, fue detectado que el municipio de Nova Monte Verde, creado en 1991 y con casi 10 mil habitantes, en

2006 todavía no tenía responsable por la prestación de los servicios de saneamiento;

• **Tratamiento de agua:** analizado en su amplitud, abarcando el proceso, la eficiencia, la seguridad, situación general de todos los aparatos existentes, la manutención y automatización de las ETAs, la tubería, etc. El informe apuntó que, a pesar de la media de la puntuación no ser muy alta, lo que podría indicar buenos servicios, ese ítem inspira muchos cuidados. Veintiún municipios analizados recibieron puntuación máxima, significando situación de calamidad y 36 están con puntuación arriba de 27 puntos, denotando una situación grave y urgente. En resumen, un 40% de los municipios están en situación que necesita intervención urgente, pues el contrario pone en riesgo gran contingente poblacional “mato-grossense”;

• **Reservación de agua:** considerados los aspectos de la capacidad de reservación, los cuidados y la seguridad contra intrusos, aparatos y sistemas eléctricos en general. La puntuación media alcanzada fue de 21 puntos, lo

que para la metodología del estudio es un ítem que merece atención. Complementando el análisis, fue destacado que 72 ciudades (el 50% del total de la muestra) obtuvieron nota que indica una situación de gravedad o de urgencia;

• **Distribución de agua:** analizada en las cuestiones de abarcadura de las redes, calidad de la tubería, manutención, seguridad, sistemas eléctricos, entre otros, el promedio de la puntuación final indicó que hay relativa tranquilidad, a pesar de que 5 municipios hayan obtenido puntuación máxima, de extremada gravedad, y 21 ciudades hayan estado con puntuación elevada, revelando situación crítica.

• **“Hidrometración”:** merece cuidados especiales, teniendo en vista su importancia en la obtención de las recetas y en el control del consumo y de las pérdidas de agua. Setenta y dos ciudades (el 50% de la muestra) presentan situación de gravedad y 33 sistemas de abastecimiento no poseen hidrómetros instalados en sus redes. Ese hecho refleja negativamente en la facturación de los servicios.

Aspectos financieros: En general, la cuestión fue considerada bien problemática. Por ejemplo, 12 municipios pesquisados (El 9% de la muestra) no cobran por los servicios prestados. Del total, 50 municipios (el 36% de la muestra), todos con población abajo de 40 mil habitantes, exigen actuación prioritaria para la solución de los problemas relacionados a la facturación y cobro. Esos problemas señalan la necesidad de rápido confronto, pues limitan los avances en la calidad de la gestión y en las inversiones. Además, el correcto tratamiento de las finanzas de los servicios podrá definir mejor la necesidad de aporte de recursos de otras fuentes: federal, estadual o incluso municipal.

Aspectos regulatorios: si la prestación de los servicios de saneamiento en Mato Grosso necesita ser bastante perfeccionada, la cuestión regulatoria también. El análisis destaca lo siguiente: “el promedio obtenido fue de 46.39 puntos, situación que merece una atención especial, pues observamos la deficiencia en lo que atañe a la regulación y a la fiscalización de la prestación de los servicios en los municipios, bien como la necesidad de establecerse cooperación entre entes que ejerzan, cada cual, su competencia, de modo a proporcionar un servicio adecuado, en observación a los dictámenes constitucionales”. El informe es muy claro, teniendo en cuenta la reciente introducción de la regulación en el saneamiento, por medio de la Ley nº 11.445/07 y más precisamente, por las dificultades de ser establecido un esquema de regulación de los servicios de saneamiento en un estado bastante carente de recursos materiales y de personal especializado.

Situación del alcantarillado sanitario

Los servicios de alcantarillado sanitario fueron tratados en su integridad, abarcando la recogida, grado de tratamiento y las condiciones de la disposición de los efluentes líquidos. En

esa cuestión no hay motivos para conmemoraciones. El informe fue sucinto y claro, señalando que “la mayoría de las ciudades no posee sistema de recogida y tratamiento de alcantarillado y ninguna lo posee, en su totalidad, con eficien-

cia”. De los 141 municipios pesquisados, 122 obtuvieron la puntuación máxima, lo que representa la peor situación posible (el 87% de la muestra); los demás municipios presentan sistemas de alcantarillado sanitario precarios.

Conclusiones

SUBSIDIOS PARA DEFINICIÓN DEL MODELO INSTITUCIONAL PARA EL SECTOR

El análisis de ese documento nos remite a diversas situaciones que envuelvan certezas, dudas y, principalmente, posibilidad de inferir conclusiones. Si bien utilizado, puede ser un valioso instrumento para definir políticas de saneamiento en todo el país. Más aún, los resultados presentados pueden subsidiar la definición del mejor modelo de gestión del sector de saneamiento: si municipal o regional.

Algunas cuestiones merecen respuesta. Son ellas:

1. ¿Cuáles son los motivos del documento todavía no haber sido publicado, a pesar de concluido?
2. Frente a los números encontrados y con la posible falta de perspectivas para la universalización de los servicios con calidad, a precios módicos y con la rapidez necesaria, ¿por qué la Secretaría Nacional de Saneamiento Ambiental no se manifestó sobre esa cuestión, manteniendo un posicionamiento ambiguo relación al modelo de saneamiento regionalizado?
3. ¿El informe simplemente no presenta números y escenarios que muestran que la situación institucional del saneamiento es suficientemente grave, indicando que los responsables por la política federal de saneamiento deben iniciar esa discusión urgentemente?
4. Teniendo en cuenta que el modelo institucional de los servicios de saneamiento todavía no fue definido (la titularidad aún está en discusión en el Tribunal Supremo), ¿no sería importante retomar esa discusión, sin pasión y sin matiz ideológico, centrándose en el mejor atendimento a la población?
5. El informe menciona que fueron creados algunos consorcios para el saneamiento y, incluso con ese arreglo institucional, los servicios no mejoraron. ¿Ese hecho no indicaría que consorcio para el abastecimiento de agua y alcantarillado sanitario es inadecuado?
6. ¿Existirían presupuestos o fondos para la ampliación de los servicios y, principalmente, para la operación y mantenimiento? ¿De dónde saldrían esos recursos?
7. ¿Sería viable que el Estado arreglara una estructura de apoyo administrativo, operacional e institucional a los municipios con indicadores malos? ¿Cuál es el costo y el plazo para eso?
8. La discusión del modelo institucional para el saneamiento podría ser hecha con ejemplos y resultados de otros

estados – Acre y Amazonas – donde ocurrió proceso semejante al saneamiento de Mato Grosso. ¿Por qué eso no ocurre?

9. Teniendo en cuenta que los números indican que el modelo de gestión regional para el saneamiento es lo mejor para el país, ¿por qué no hay reconocimiento oficial? ¿Y por qué no se trabaja para su fortalecimiento?
10. Es necesario entender que la institucionalización del sector se encuentra en una encrucijada y que decisiones necesitan ser adoptadas urgentemente, en razón de:
 - a) La municipalización de los servicios atiende solamente a las ciudades de mayor porte;
 - b) El modelo regional del saneamiento tiene sustentabilidad mezclando municipios rentables con los económicamente inviables. No existe posibilidad de sustentación del modelo regional solo con los municipios considerados inviables, pero por compensación, es el modelo que más fácilmente puede independer de presupuestos.
11. El modelo regional atiende hoy día a casi 4 mil municipios, siendo un 80% de pequeño porte y con población abajo de 30 mil habitantes. Esos números muestran que un desarreglo del modelo regional traería, en medio plazo, un caos para los casi 40 millones de personas que viven en esos sitios.

Por fin, el documento presenta elementos suficientes para comprender que la municipalización de los servicios solo tendrá resultados positivos si hay apoyo efectivo del estado en la gestión, definición y destino de recursos para inversiones, gasto/costo para atendimento a los desposeídos, con una estructuración que vise la gestión de los servicios de los municipios de menor porte.

A partir de los ejemplos de municipalización amplia ocurrida en Mato Grosso, Acre y Amazonas es posible definir las políticas públicas para el saneamiento con datos reales. Las informaciones existentes son más que suficientes. Ya no hay más justificativas para que los responsables por el sector actúen de forma temeraria y defiendan modelos insustentables para el saneamiento básico.

A lo más es demagogia de quien no entiende de saneamiento o tiene intereses propios e, incluso, no piensan en la universalización de los servicios, con calidad y en el menor plazo posible.



Marcos Juruena Villela Souto

Profesor de Maestría en Derecho de la Universidad Cândido Mendes; Doctor en Derecho por la Universidad Gama Filho; Procurador del Estado de Rio de Janeiro

La solución de Rio de Janeiro para la polémica del saneamiento básico en la Región Metropolitana

En el sector de saneamiento no es nueva y está lejos de acabar la discusión sobre los límites de competencia estadual para la ejecución de las acciones de saneamiento básico.

Por un lado, la Ley Mayor previó la competencia de los estados para la institución de regiones metropolitanas (art. 25, § 3º), habiendo sido editada la Ley Complementar nº 87/97, del Estado de Rio de Janeiro, que “*dispone sobre la Región Metropolitana de Rio de Janeiro, su composición, organización y gestión, y sobre la Microrregión de los Lagos, define las funciones públicas y servicios de interés común y da otras providencias*”. Tal norma atribuye a los estados la competencia para el desarrollo de todo el ciclo del agua, a saber, la captación, el tratamiento, el transporte y la distribución.

Pronto surgió el alegato de usurpación de competencias, con violación de la autonomía municipal, habiendo sido ajuiciada a ADIn nº 1842/RJ, en razón de la cual todas las entidades e inversores se quedaron en espera de la definición sobre los límites de la competencia estadual en lo relativo a región metropolitana.

Las inversiones con recursos federales han dejado de ocurrir, pues mismo los modelos de consorcios públicos y de contratos de cooperación (CF, art. 241 y Ley nº 11.105/2007) presuponen que no haya cualquier duda sobre

quién es el competente para prestar el servicio y que, delante de tal competencia, podría delegarlo, total o parcialmente, para otra entidad federada o para particulares. Esa definición no ocurrió todavía y el juzgamiento en el “STF” (Tribunal Supremo Federal) está lejos de ser concluido – ya son más de doce años de espera por una decisión que dé seguridad jurídica.

Como el bien jurídico mayor que está en juego no es la competencia, sino la preservación de la vida, de la salud y del medio ambiente, delante del trance y del deber de todos de que celen por tales valores, es legítimo pretender componer litigios. De ahí haberse pensado, en el ámbito del Estado y del Municipio de Rio de Janeiro en un “Término de reconocimiento recíproco de derechos y obligaciones” para, entonces, viabilizar que el servicio sea colocado a la disposición de la población en áreas todavía no acudidas adecuadamente.

Fue previsto un plazo de cincuenta años, que da estabilidad a las inversiones y se pretende preservar el pacto, cualquier que sea la decisión del Tribunal Supremo Federal.

En un contexto de notorias dificultades financieras por parte de todos los poderes públicos, es imperioso, en función de los principios de la subsidiariedad y de la economicidad, no solo privilegiar la inversión privada (resultado lógico del principio de la libertad de empresa – fundamento de la República, véase en el art. 1º, IV), sino que no destinar recursos públicos donde pueden ser obtenidas inversiones privadas, para que los recursos públicos sean afectados a situaciones que el capital privado no es admitido o en los sectores donde no haya ganancia a ofrecer.

Sin embargo, para atraer el capital privado, es fundamental ofrecer no solo seguridad jurídica sino que plazo adecuado para la recuperación de una inversión, que, por su vez, debe ser colocado a la disposición de la población a costos moderados.

Fue en nombre de esa seguridad que el artículo 10 de la Ley nº 11.445/2007 vedó la utilización de instrumentos de naturaleza precaria – de ahí justificarse el plazo, neutralizador de esa precariedad, y el compromiso de preservar el término y los contratos de él derivados, sea cual sea la decisión del Tribunal Supremo Federal, encerrando los litigios ya existentes, que están al albedrío de las partes componer.

Total que, todo eso se da en un contexto en que se discute una competencia que aquí se sostiene ser inequívocamente estadual. En el caso del Estado de Rio de Janeiro, en especial, hay aspectos geográficos, inherentes a las características de las cuencas hidrográficas, que se conforman con aspectos económicos y sociales; a fin de cuentas, delante del fenómeno de la conurbación, el interés deja de ser estrictamente local y asume nítido rasgo regional, a justificar la competencia estadual; queda aguardar la manifestación del Tribunal Supremo, lo que, aún así, no autoriza la inercia.

Es fundamental aclarar que no se da ni enajenación ni renuncia, tanto de competencias como de bienes o hacienda. Hay composición de conflictos, para viabilizar el servicio y, con él, la preservación de la salud, del ambiente y, en consecuencia, de los deberes de bien administrar y de atendimento de la dignidad del ser humano.

La eficiencia de los sistemas integrados de agua y de alcantarillado presupone la gestión regional

Los servicios de saneamiento básico poseen fuerte componente de integración. La participación del Estado vía compañías estatales de agua y alcantarillado es un agente facilitador para la universalización de los servicios.





Tras 20 años de discusión sobre la competencia para la prestación de los servicios de saneamiento básico, el sector aún hace frente a la ausencia de una definición acerca de la titularidad de esos servicios públicos. La disputa entre estados y municipios hace más de una década constituye pauta en el Tribunal Supremo Federal. La cautela de los ministros es evidenciada por los pleitos de vistas de los autos que demuestran el recelo de los impactos de una decisión que afectará la vida de millones de brasileños.

Mientras la cuestión no es definida, los operadores de abastecimiento de agua y alcantarillado sanitario actúan en la prestación de esos servicios, por medio de la gestión de sistemas aislados y locales (las infraestructuras y servicios están comprendidas en los límites geográficos de un mismo municipio) y sistemas integrados de saneamiento básico (las infraestructuras y servicios abarcan más de un municipio).

En lo que concierne al sistema integrado ese está presente en regiones de alta densidad demo-

gráfica, comúnmente restrictas a divisiones geopolíticas como las regiones metropolitanas, microrregiones, aglomeraciones urbanas y las regiones integradas de desarrollo económico. Esa es también una estrategia encontrada por las empresas para atender a las localidades con baja oferta hídrica. Por medio de la integración de los sistemas, las concesionarias captan agua bruta y hacer viable el acceso a municipios que pasan a ser beneficiados con el agua tratada, independiente de la distancia de la captación.

Gestión Regional

A pesar de Brasil concentrar aproximadamente un 12% del agua dulce existente en el mundo, esa agua no está distribuida igualmente por el país. Esa realidad es hecho determinante para que las empresas utilicen la gestión por medio de sistemas integrados. Cabe señalar que, por lo menos, 70 millones de brasileños reciben agua tratada por medio de la integración de sistemas, según estudios de la Asociación de las Empresas de Saneamiento Básico Estaduales ("Aesbe").

En el estado de Bahia, por ejemplo, de las 417 ciudades existentes, 355 son operadas por la Empresa Baiana de Aguas y Saneamiento (Embasa), pero para que la compañía provea agua para el 98,7% de la población urbana, fue necesaria la

integración de 102 sistemas de abastecimiento. Ello significa atender a más de 10 millones de baianos, siendo que 6,5 millones de personas solo tienen agua en virtud de los sistemas integrados de saneamiento.

La integración de los sistemas de saneamiento básico asegura no solo la democratización del agua, sino también la posibilidad de la operación - por parte de las empresas - en municipios donde la inversión, sea cual sea, no haya vuelta, o sea, por medio del subsidio cruzado y de la aplicación de la economía de escala, las prestadoras de servicios estaduales tienen condiciones financieras de atender a los municipios económicamente inviables, implementando obras, generando empleos y reduciendo los déficits de salud.

Otro relevante ejemplo es el estado del Rio de Janeiro. De acuerdo con informaciones de la Compañía Estadual de Aguas y Alcantarillados (esgotos, en portugués) de Rio de Janeiro ("Cedae"), más de 80% de la recaudación tarifaria de la empresa vienen, únicamente, de la Región Metropolitana.

Cabe mencionar que la integración de los sistemas es una realidad en Brasil, sin embargo en esta edición destacamos los estados de Bahia y Rio de Janeiro, que son los estados directamente envueltos en las cuestiones pendientes de juzgamiento en las principales Acciones Directas de Inconstitucionalidad (1842-RJ y 2077-BA), que tratan de la competencia para la prestación de los servicios de saneamiento.

Sanear

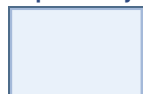
LA REVISTA DEL SANEAMIENTO BÁSICO

Una publicación de la Asociación de las empresas de Saneamiento Básico Estadual - Aesbe



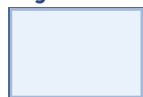
FORMATOS

2ª portada y 3ª página



- 42,0 x 27,5 cm
- 0,5 cm línea de sección para cada lado
- 40 x 25,5 área de reserva (logotipos, textos, etc.)

Página Doble



- 42,0 x 27,5cm
- 0,5 cm línea de sección para cada lado
- 40 x 25,5 área de reserva (logotipos, textos, etc.)

Página



- 21 x 27,5cm tamaño total sin línea de sección
- 0,5cm línea de sección para cada lado
- 19 x 25,5 área de reserva (logotipos, textos, etc.)

1/2 página



- 21 x 13,75cm tamaño total sin línea de sección
- 0,5cm línea de sección para cada lado
- 18 x 11,75 área de reserva (logotipos, textos, etc.)

1/3 de página



- 7,0 x 27,5 cm tamaño total sin línea de sección
- 0,5cm línea de sección para cada lado
- 5 x 25,5 área de reserva (logotipos, textos, etc.)

3ª e 4ª portadas



- 21 x 27,5cm tamaño total sin línea de sección
- 0,5cm línea de sección para cada lado
- 19 x 25,5 área de reserva (logotipos, textos, etc.)

CIRCULACIÓN

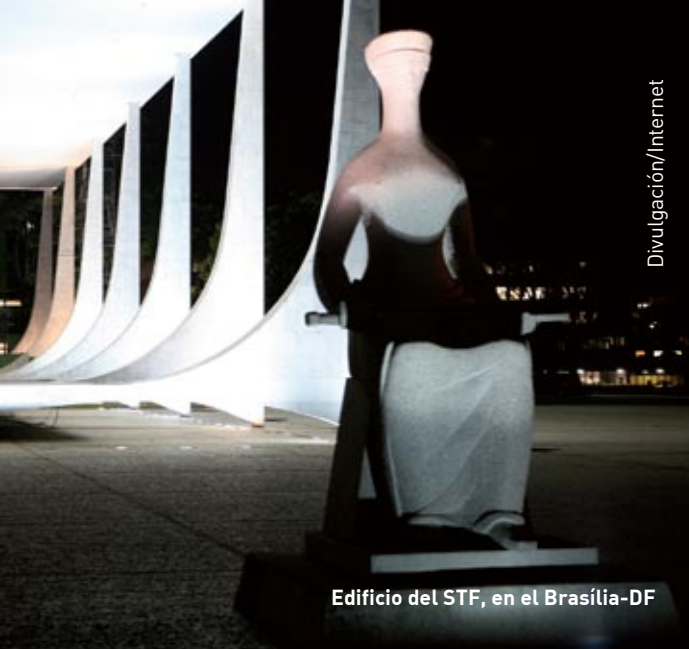
9ª Edición - Mar/2010 | 10ª Edición - Jun/2010
11ª Edición - Sept/2010 | 12ª Edición - Dic/2010

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Formato cerrado - 21,0 x 27,5 cm | Periodicidad - trimestral
Tirada aparte - 10 mil ejemplares | Impresión - offset | Circulación nacional

ADIs de Rio de Janeiro y de Bahia aguardan decisión del STF

La competencia para la prestación de los servicios de saneamiento está bajo apreciación en el Supremo, por tratarse de materia que traerá grandes repercusiones en estados y municipios



Divulgación/Internet

Edificio del STF, en el Brasília-DF

El sector ha presenciado a lo largo de los 12 años de tramitación de las ADI's el recelo de los Ministros del Tribunal Supremo Federal en afectar la seguridad jurídica de los contratos e instrumentos de cooperación que apalancan el sector y, principalmente, de los impactos socioeconómicos que podrán advenir de la interpretación constitucional sobre la titularidad de los servicios de saneamiento.

La ADI 1842-RJ dispone sobre la composición, organización y gestión de la Región Metropolitana del Estado de Rio de Janeiro, además de definir las funciones públicas y servicios de interés común metropolitano en la Microrregión de los Lagos, y la ADI 2077-BA trata de la inclusión, en la constitución del estado de Bahia, de la competencia del ente para instituir directrices y prestar, directamente o mediante concesión, los servicios de saneamiento básico siempre que los recursos económicos o naturales se incluyan entre sus bienes, o que necesiten integrar la organización, o planeamiento y la ejecución de interés común de más de un municipio.

El juzgamiento de esas acciones es muy importante para el sector de saneamiento, pues será un marco

para la gestión de los servicios públicos, ya que la decisión del STF (Tribunal Supremo Federal) orientará los litigios que envuelvan cuestiones relacionadas a la competencia para administrar las funciones públicas de interés común, ejecutadas en las regiones metropolitanas, microrregiones y aglomeraciones urbanas y definirá el ente federativo responsable por la prestación de servicios públicos de saneamiento.

El análisis de esos temas es de extrema relevancia para el sector, tanto que la Asociación de las Empresas de Saneamiento Básico Estaduales ("Aesbe") y el Instituto Brasileño de Derecho Público (IDP) realizaron en noviembre del año pasado el seminario "Servicios Públicos de Saneamiento en las Regiones Metropolitanas". Para debatir sobre el tema fueron invitados renombrados especialistas como el profesor de la Universidad de São Paulo (USP), Alaôr Caffé Alves, el doctor en Derecho por la Freie Universität, Andreas J. Krell, y el especialista en agua y saneamiento, consultor del Banco Mundial, Marcos Thadeu Abicalil.

También participó de los debates el presidente del STF (Tribunal Supremo Federal), ministro Gilmar Mendes, que discurrió sobre su voto

en el juzgamiento de las ADIs, proferido en la Suprema Corte en abril de 2008. En su decisión, el ministro propuso la creación de una "estructura colegiada" – a ser instituida por ley complementaria y formada por el conjunto de municipios que integran la Región Metropolitana de Rio de Janeiro y en la Microrregión de los Lagos – la cual competirá la gestión de los servicios de saneamiento.

Ha sido destacado en el voto del ministro que esa estructura colegiada deberá celar por la no superposición de voluntades entre los entes integrantes del conjunto. Dijo él: "Sería poco efectivo dejar [el saneamiento] a cargo solamente de los municipios [que componen las RMs], pues si fuera solo de su responsabilidad, podría ser interpretado como expropiación de un bien [agua] que pertenece al Gobierno y a los estados", justificó el ministro a los presentes en el seminario.

El voto del ministro fue novedoso concerniente a los demás proferidos en la ADI 1842 al proponer la suspensión de la eficacia de la decisión por un plazo de 24 meses, tiempo necesario para que los entes políticos puedan adecuarse al entendimiento firmado por la interpretación de la Constitución.

Se considera la integración de los sistemas de agua de Bahia vital

Bahia no dispone de recursos hídricos suficientes para atender a todos sus habitantes.

El recóncavo baiano es uno de los lugares más secos del país y sólo es abastecido porque Embasa interconectó los sistemas de abastecimiento público

La integración de sistemas de abastecimientos de agua potable en Bahia es vital para el estado. Para ilustrar la importancia de esa clase de arreglo gerencial, de los más 10 millones de personas atendidas por la Empresa Baiana de Aguas y Saneamiento S.A. (Embasa), cerca de 6,5 millones reciben agua tratada gracias a los 102 sistemas integrados. Fueron los mismo 102 sistemas que posibilitaron un índice considerable de abastecimiento público de urbano de Bahia: 98,7% de la población de las ciudades atendidas por Embasa poseen agua de calidad en sus grifos. La integración de los sistemas de agua en Bahia posibilita el subsidio cruzado entre ciudades por medio de tarifas, además de la economía de escala.

Para confirmar eso, el 69% de la recaudación de agua de Embasa proviene del sistema integrado de abastecimiento de la Región Metropolitana de Salvador (RMS). A pesar de representar el mayor volumen en la recaudación de la empresa, el sistema integrado de la RMS es considerado como uno de los menores en el número de localidades reunidas, sólo dos: la propia ciudad de Salvador y la ciudad de Lauro Freitas. En el total, la RMS posee ocho sistemas integrados.

El volumen expresivo de recaudación total de Embasa solamente en la Región Metropolitana de Salvador posibilita que la concesionaria tenga condiciones financieras favorables de operar en ciudades y localidades cuya situación económica tornaría inviable la inversión pública.

Actualmente, según datos de Embasa, existen 417 ciudades en Bahia, de las cuales 355 reciben agua tratada por Embasa, lo que corresponde a una presencia de 85% en el Estado. Las demás 62 ciudades tienen su población atendida por operadores locales o privados.

Curiosidad

1. El sistema integrado de abastecimiento de agua de Irecê es el mayor de Bahia en extensión. Él posee 569,8 km de aductoras (bautizada comúnmente de "aductorado caju") y otros 676,5 km de redes de distribución;
 2. Al igual que la Región Metropolitana de Salvador, Bahia posee diversos SIAA reuniendo tan sólo dos ciudades.
- * La población atendida por los 102 sistemas integrados de abastecimiento público de Bahia alcanza 6.521.920 personas, de acuerdo al promedio de habitantes establecido por PNAD/IBGE.

El sistema integrado y subsidio en Rio de Janeiro

El estado fluminense ilustra como la integración de los sistemas viabiliza la atención a la población y asegura la gestión y aplicación de recursos financieros en municipios deficitarios

Hasta el momento, el lector debe haber comprendido la importancia de la integración de sistemas de agua y alcantarilla para los habitantes de diversas regiones brasileñas. La integración de sistemas no sólo es una realidad como una necesidad, tanto para atender la demanda social, cuando para asegurar que concesionarias brasileñas prestadoras de servicios de abastecimiento de agua potable y alcantarillado tengan capacidad financiera para operaren en esos locales.

El mejor ejemplo para ilustrar ese caso es el de Rio de Janeiro. Por medio de la aplicación de la economía de escala, así como el subsidio cruzado, la Compañía Estadual de Aguas de Rio de Janeiro (Cedae) tiene la capacidad de operar en ciudades financieramente inviables. Para que se tenga una idea, Cedae atiende a 64 municipios y el 90% de lo que recauda viene únicamente de la Región Metropolitana de Rio de Janeiro.

Ese porcentual informado por el presidente de Cedae, Wagner Granja Victor, es lo que posibilita las operaciones de la empresa, una vez que el alta inversión que es realizada en ciudades donde la recaudación no es suficiente para una amortización relativamente rápida. "Nosotros invertimos en algunos municipios, como Maricá, R\$ 85 millones y en Itaperuna R\$ 50 millones. Es la mayor inversión que esos locales ya han recibido

en sus historias. Con eso, en algunos locales el tiempo para el retorno de la inversión sería de 200 o 300 años", dijo Victor.

El presidente de Cedae fue enfático al afirmar que no hay la mínima condición de municipios, en especial los menores, operaren sus propios sistemas. Se suma a eso el hecho de que de ellos no tienen manantiales con volumen suficiente para el abastecimiento público, y algunos simplemente no tienen condiciones financieras para invertir en los sistemas de abastecimiento y de alcantarilla sin la contrapartida económica necesaria. "No hay servicios sin una contraprestación de pago. Es algo impensable. Ni Cedae, ni cualquier otra prestadora de servicios – de gas, de telecomunicaciones o energía eléctrica – tendría condiciones de operar individualmente en las ciudades sin el subsidio cruzado", complementó Victor.

Titularidad

Wagner Victor comentó también que Cedae está optimista con la

tramitación de la Acción Directa de Inconstitucionalidad (ADI) n° 1842 en el Supremo Tribunal Federal, que trata de la competencia de la titularidad de los servicios de saneamiento básico en las regiones metropolitanas. Según él, el voto del ministro Gilmar Mendes, presidente del STF, indica la cuestión de la responsabilidad, municipal y estadual, pero la tendencia natural es la definición por la regionalización, o sea, por la manutención de esa responsabilidad en las manos de las compañías estaduais.

Según él, una decisión contraría a esa sería "algo amenazador para Brasil, pues existe el riesgo de los municipios que tienen mayor escala (cuando el retorno de las inversiones es posible) no deseen subsidiar las ciudades cuya operación es económicamente inviable". Él aún complementa, "eso generaría desequilibrios de infraestructura que no ocurren cuando una compañía estadual está en el control. Ese desequilibrio estructural puede hacer con que una región venga a morir".

Cerca de 8 millones de cariocas recibirán agua tratada en casa gracias al sistema integrado de abastecimiento público, cuyo "corazón" es el sistema Guandu, que desde 2007 es considerado el mayor productor de agua del mundo: un total de 43 mil litros por segundo.



Álvaro José Menezes da Costa
Ingeniero Civil, vicepresidente
de Gestión Operacional de la
CASAL y Director Nordeste de
la ABES

El mercado de saneamiento ha pasado por significativos cambios en los últimos años, principalmente en razón de la promulgación de la Ley 11.445/07. Aunque antes de ella se hayan iniciado algunas alteraciones en el tipo de prestador de servicio, su existencia, si no trajo plena seguridad jurídica, por lo menos ha dado más valor para que se discutiera, de forma objetiva, quiénes podrían ser los prestadores de los servicios de saneamiento - agua y alcantarillado - en Brasil. Así, solo para adoptar un indicador de comparación delante de tantos otros que existen, podemos ver que en 216 municipios ya hay empresas privadas trabajando desde concesiones plenas hasta contratos de gestión y que, de 2001 a 2009, se salió de 6 millones para 13,9 millones de habitantes atendidos por esas empresas.

Por otro lado, los prestadores locales públicos, según el Sistema Nacional de Informaciones sobre Saneamiento (SNIS) 2007, están presentes hoy en 1379 municipios atendiendo a 35,7 millones de habitantes contra aproximadamente 18 millones en 2001. Los prestadores regionales, por su vez, vienen mereciendo la fuerza empresarial que aún representan, puesto que actúan en 3965 municipios

El futuro de los servicios regionales

y atienden a casi 113,3 millones de habitantes, mientras atendían a 95,7 millones, en 2001.

Como ocupan más espacio en el mercado y poseen grandes números económicos y operacionales, los prestadores de servicios regionales, o sea, las Compañías Estaduales de Saneamiento, son, al mismo tiempo, objeto de ira de sus clientes por las deficiencias que poseen y objeto de codicia por los gestores públicos municipales. La situación se agrava en las ciudades del Norte y Nordeste, donde todavía hay una acentuada participación del interés personal de los líderes políticos sobre el interés de la sociedad, interfiriendo en la gestión de los servicios de saneamiento y haciendo creer que lo más importante es garantizar enmiendas parlamentarias para ejecución de obras, al contrario de trabajarse por la sustentabilidad financiera de los prestadores de servicios, visando el mejor atendimento a la población.

No hay como dejar de registrar también la permanente comparación entre las formas de prestación de servicios de saneamiento, notoriamente entre las de características locales, públicas o privadas, y las de abarcadura regional. Observando la realidad del mercado brasileño de saneamiento y los resultados obtenidos por prestadores regionales y locales, podemos empezar proponiendo una evaluación de las ciudades con aproximadamente 50.000 habitantes.

¿Quién puede dar mayor garantía de inversiones sustentables y basados en reales proyectos de ingeniería? ¿Quién puede implantar un sistema de gestión capaz de desarrollar procedimientos gerenciales para obten-

ción de mayor productividad, mejor resultado financiero, efectivo control operacional y aplicación de tasas justas y compatibles con la capacidad de pago de los clientes?

¿Quién puede establecer un cronograma regular de ejecución de obras para alcance de la universalización? ¿Quién puede disponer de cuadros gerenciales y técnicos capaces de prestar atendimento de calidad a los clientes? Aún es fácil afirmar que las Compañías Estaduales son la mejor respuesta. En líneas generales, los servicios locales de naturaleza pública, infelizmente, están más sujetos a problemas que van desde el populatismo que impide el cobro de la cuenta mensual, hasta la falta de condiciones financieras y administrativas para dirigir un servicio que exige despensas con personal calificado, energía eléctrica, productos químicos y equipamientos.

Muchas compañías estaduales son, hoy, un excelente ejemplo de empresas que, aunque públicas, consiguen funcionar con estrategias empresariales basadas en gestión y resultados, gracias a los cambios que nacieron de la decisión de gobernadores, los que al profesionalizar la dirección de las empresas, posibilitaron sus equipos de gerentes, técnicos y líderes a pasar a trabajar, de hecho, comprometidos con sustentabilidad financiera, búsqueda de resultados y respeto a los clientes.

Un desafío que persiste, principalmente en estados del Norte y Nordeste, es hacer con que la opción por la visión empresarial en la prestación de los servicios de saneamiento sea una política de gobierno y no una decisión personal de buenos gobernantes.



Eduardo Sciarra

Ingeniero, Diputado Federal por Paraná y Presidente de la Comisión de Desarrollo Urbano de la Cámara de los Diputados.

“La propuesta de reglamentación presentada innova en cuestiones tan complejas como a la titularidad de los servicios o en la imposición de nuevas obligaciones no previstas originariamente en la Ley de Saneamiento, ora invade la competencia de estados y municipios en la definición de criterios y reglas más adecuadas a su situación particular”.

Entre avances y retrocesos en el saneamiento básico

El papel de un legislativo es mucho más de lo que simplemente proponer la formulación de leyes. Él es la caja de resonancia de las preocupaciones y anhelos de la sociedad. En él se discuten, además de los temas del momento – desde luego –, también cuestiones estructurales atadas al desarrollo económico y social sustentable del país.

En ese sentido, el Congreso Nacional ha discutido – y aprobado – una serie de iniciativas que visan establecer las directrices nacionales para la formulación y conducción de diversas políticas públicas, que son objeto de la acción de los gobiernos Federal, Provincial y Municipal. Entre ellas se destacan el Estatuto de las Ciudades, la Política Nacional de Saneamiento Básico y diversos proyectos de ley versando sobre planeamiento y gestión del suelo urbano, habitación, infraestructura urbana y transportes.

La Política Nacional de Saneamiento Básico, publicada en enero de 2007, es una de esas iniciativas, que comprueban la relevancia del papel del legislativo dentro de un estado democrático. La Ley n.º. 11.445/07 definió el marco regulatorio del sector y estableció, para no haber dudas, los principios de la universalización del acceso, de la integralidad e intersectorialidad de las acciones y de la participación social y crea aún la necesidad de formulación de Planos Municipales y/o Regionales de Saneamiento Básico para que funcionen como los principales instrumentos de planeamiento y gestión.

Entre diversas definiciones posibles, se entiende Saneamiento Básico como un conjunto de acciones estructuradas de forma a preservar o modificar las condiciones del medio ambiente, pretendiendo tanto prevenir enfermedades, como promover la salud pública. Él es compuesto de los siguientes servicios: abastecimiento de agua potable; alcantarillado sanitario; limpieza urbana y manejo de desechos sólidos; y drenaje y desechos de las aguas pluviales urbanas.

De acuerdo con el Diagnóstico de los Servicios de Agua y Alcantarillado elaborado a partir de datos del Sistema Nacional de Informaciones sobre el Saneamiento (“SNIS”), publicado en 2007 y divulgado por el Instituto “Trata Brasil”, solamente el 32,5% de la población eran atendidos por los servicios de recogida y tratamiento de alcantarillado, mientras solo el 19,1% de la población total del país, por servicios de abastecimiento de agua.

También en los servicios de drenaje urbano, los números demostrados por “SNIS” son negativos. Solo el 21,4% de los municipios brasileños poseen servicios de drenaje. E, incluso en los municipios en los cuales el servicio está instalado, se verifican problemas relacionados a su mantenimiento y a la impermeabilización del suelo, lo que ha resultado en focos de charcos e inundaciones en los períodos de lluvia.

Ya los números referentes a la recogida de residuos sólidos en el espacio urbano, significativamente mejores (el 1,5% de la población no

Artículo

son atendidas por la colecta domiciliaria), representan solo la primera parte del proceso de recogida, tratamiento y disposición final de los residuos. Según el mismo informe, el 28,2% de las unidades de procesamiento de residuos sólidos no pasan de vertederos. Cabe señalar que este último número se refiere solamente a las unidades registradas en el "SNIS".

Entre 2003 y 2008, las inversiones en saneamiento básico no superaron los R\$ 4,8 mil millones al año. Datos del sector y del propio Ministerio de las Ciudades indican que la necesidad de inversiones, para que se pueda alcanzar el reto de universalización, son del orden de R\$ 280 mil millones. De esa forma, el reto de universalización del sistema previsto para 2022 solamente se materializará en más de medio siglo.

Al verse esos números, queda claro que mucho todavía debe ser hecho para alcanzarse el reto de universalización de atendimento. La cuestión entonces es: ¿por qué no avanzamos más?

Hay una clara percepción del sector de que, además de la necesidad de nuevas fuentes de recursos y de las dificultades de acceso a las existentes – sean públicas o privadas –, lo que falta es un marco regulatorio claro y estable. Y es justamente en el retraso de la reglamentación de la Ley n°. 11.445/07 que residen los principales problemas. Esa normalización debería contribuir para clarificar los términos y artículos de la ley y establecer los procedimientos operacionales en el ámbito del Ejecutivo Federal, sin jamás innovar en términos de reglas – esto es, yendo allá de lo que fue definido en la norma legal.

En los últimos dos años y medio, sin que hubiera cualquier reglamentación, el sector inició un proceso de

retoma de las inversiones utilizando los más diversos modelos de gestión como: consorcios, contratos de programas, contratos entre entes públicos federados, concesiones con el sector privado y aparcerías públicas y privadas, etcétera. Eso sin contar con el sinfín de instrumentos que han sido utilizados en la captación de los recursos necesarios para la ampliación de la infraestructura, que van desde la emisión de obligaciones hasta títulos de participación (tales como las acciones).

Aunque la ausencia de la reglamentación de la Ley n°. 11.445/07 no haya perjudicado el desarrollo del sector, seguramente retrasó la realización de diversos proyectos.

Sin embargo, no se puede dejar de señalar los riesgos consecuentes de una normativa mal formulada. La minuta presentada por el Ministerio de las Ciudades, para la discusión junto a los órganos del Ejecutivo, trae en su interior el riesgo de provocar un efecto contrario a aquel que la sociedad espera – que es el aumento de las inversiones en saneamiento y la universalización de los servicios prestados.

La propuesta de reglamentación presentada innova en cuestiones tan complejas como a la titularidad de los servicios o en la imposición de nuevas obligaciones no previstas originariamente en la Ley de Saneamiento, ora invade la competencia de estados y municipios en la definición de criterios y reglas más adecuadas a su situación particular.

La norma debe, entre otros elementos importantes, presentar los criterios a utilizarse por el Gobierno Federal en la financiación pública de obras de saneamiento básico y aún dejar espacio para que los demás entes federados (estados, Distrito Federal y municipios) regulen criterios de planeamiento, gestión y con-

“Es necesario que el Congreso Nacional, los gobiernos y la sociedad civil organizada avancen en la búsqueda de soluciones para otros puntos fundamentales para el desarrollo del sector, tales como la exención fiscal y la garantía de nuevas fuentes de recursos”.

trol de acuerdo con sus necesidades y realidades específicas.

No caben en el decreto, por lo tanto, innovaciones ajenas a la Ley o intromisiones indeseables en las demás esferas de competencia normativa. Se fue el tiempo en que el Estado Central tenía las respuestas (es decir, una única respuesta) para los problemas afrontados de norte a sur del país. Se espera que la reglamentación tenga el don de permitir un avance y la continuidad de las inversiones en el sector y no que ate un nudo, provocando una paralización en los proyectos en consecuencia del aumento de las incertidumbres cuanto al marco jurídico del sector.


Queda un alerta final: la reglamentación de la Ley del Saneamiento no es ninguna panacea universal. Ese es solamente más un paso en el sentido de la universalización de los servicios en todo el país. Es necesario que el Congreso Nacional, los gobiernos y la sociedad civil organizada avancen en la búsqueda de soluciones para otros puntos fundamentales para el desarrollo del sector, tales como la exención fiscal y la garantía de nuevas fuentes de recursos.

Basura carioca se convierte en biogás y resulta en dinero a RJ

Tras un riguroso proceso de purificación del metano, comúnmente generado por la descomposición de basura orgánica, gas puro es convertido en créditos de carbono y en proyectos socioambientales.

El metano es un gas incoloro, de poca solubilidad en el agua y altamente perjudicial al medio ambiente que, además de venenoso puede ser revertido en acciones socioambientales. La Compañía Municipal de Limpieza Urbana (“Comlurb”) contrató la empresa Gas Verde para administrar las 8,8 mil toneladas de basura generada al día por los residentes de Rio de Janeiro y depositado en el vertedero de Gramacho, donde fueron construidas – por la Gas Verde - una usina de biogás y una estación de tratamiento del lixiviado (líquido extremadamente poluyente, formado por la mezcla del agua de la lluvia y de la basura contenida en el vertedero).

En enero, la gerenciadora del vertedero de Gramacho firmó un contrato de venta del biogás purificado a la Petrobrás. El contrato, válido por



Basura produzida por los cariocas es transformada en “gas verde” en la usina de biogás

Residuos Sólidos

20 años, va a garantizar la sustentabilidad de la usina de biogás y de la estación de tratamiento del lixiviado, además de beneficiar la asociación de catadores del vertedero. “La usina y la estación de tratamiento son proyectos de alto costo para ser mantenidos. Con el biogás, además de mantener sustentables los proyectos de preservación del medio ambiente y de seguir ganando crédito de carbono, vamos a recibir recetas por la venta del gas”, afirma la presidenta de la “Comlurb”, Angela Fonti.

Según ella, el contrato de concesión de la operación del vertedero establece lo siguiente: el 36% de la venta de todos los créditos de carbono son destinados a la “Comlurb”, pero la mitad de ese porcentual, o sea, un 18% va para el fondo de recuperación del barrio del jardín Gramacho. Los otros 18% quedan en la Compañía, para el desarrollo de acciones de mejoría en la región metropolitana de Rio de Janeiro.

Además, la empresa Gas Verde tiene obligación de depositar, durante 14 años, R\$ 1,2 millón, al año, en el Fondo de Participación de los Catadores. Esa cláusula obliga la con-



Angela Fonti, presidenta de Comlurb

cesionaria a hacer ese depósito tras el cierre del vertedero, lo que debe ocurrir en los próximos dos años. Como el vertedero fue formado sobre un manglar, la concesionaria deberá cerrarlo. Ese dinero debe ser utilizado para capacitar los catadores en otras áreas profesionales.

“La idea es hacer con que ganen una profesión que puede ser de soldador, albañil, electricista, u otra, y tengan más oportunidades de reconstruir sus vidas en el mercado formal de trabajo. Luego, cerramos todo el vertedero y no habrá más ninguna parte descubierta. Si contabilizamos las familias de esos

catadores que todavía dependen de esa pequeña parte, la cifra puede llegar a tres mil”, afirma Paulo Mancuso Tupinambá, socio de la empresa Gas Verde SA. De acuerdo con la “Comlurb”, cada tonelada de gas que no es lanzada a la atmósfera corresponde a un crédito en carbono, que vale en torno de 11 Euros. En 15 años, el valor de los créditos acumulado puede llegar a R\$ 253,9 millones. En ese mismo espacio de tiempo, se pretende producir y vender a la Petrobrás 1,5 mil millón de metros cúbicos de biogás, que será llevado para la Refinería “Duque de Caxias”, por medio de ductos.

El vertedero de Gramacho es hoy en día casi todo cubierto por arcilla, en nada remitiendo al antiguo escenario del sitio. No hay más basura descubierta y todo el material poluyente es destruido y renovado. Solo una pequeña parte del vertedero ha sido dejada descubierta para que los casi 800 catadores que sobreviven de la recogida de basura no sean perjudicados. No obstante, alrededor de los próximos dos años, esa pequeña parte será cubierta.

Viabilidad

Un emprendimiento como la usina de biogás, para tener viabilidad, debe de ser arreglada en un local donde la producción mínima de basura sea de 200 toneladas al día, es decir, en un local donde haya, por lo menos, 400 mil habitantes. La usina de biogás, por medio de tres quemadores evita que sobre 75 millones de metros cúbicos de metano, al año, sean liberados a la atmósfera.





Elizabeth Costa de Oliveira Góes

Abogada especialista en
Derecho de Saneamiento y
Consultora Jurídica de Aesbe
juridico@aesbe.org.br

La evolución del agua en la Constitución Brasileña

Reiteradamente hemos abordado en los textos de la Revista Sanear las tesis que fundamentan el debate sobre la titularidad para la prestación de los servicios de saneamiento, puesto que la definición de la competencia podrá traer nuevos dictámenes para la conducción de las relaciones contractuales y de cooperación que apalancan el desarrollo de las infraestructuras de agua y alcantarillado en el país.

No obstante, existen premisas básicas no comúnmente exploradas y, por lo tanto, desconocidas por muchos, pero cuya ciencia es fundamental para la correcta comprensión de las atribuciones contenidas en la Constitución Federal en vigor.

Para ejemplificar uno de los errores de premisa más comunes, utilizaremos el texto constitucional y los aspectos normativos concernientes al recurso natural “agua”. Discurremos sobre el dominio, competencia para legislar sobre la materia, para instituir sistemas y criterios de otorgamiento de derechos de su uso, para su protección, conservación y materias correlacionadas.

El dominio del agua

La Constitución de 1988, al tratar del recurso natural “agua” compartió su dominio entre el Gobierno Federal y los Estados. Quedó definido que son bienes del Gobierno Federal “los lagos, ríos y cualesquier corrientes de agua en terrenos de su dominio, o que bañen más de un Estado, sirvan de límites con otros países, o se extiendan a territorio extranjero o de él provengan...”, (Artículo 20, inciso III) y son bienes de los Estados “las aguas superficiales o subterráneas, fluyentes, emergentes y en depósito, exceptuando, en ese caso, en la forma de la ley, las resultantes de obra del Gobierno”, (Artículo 26, inciso I).

Dicho eso podemos afirmar que el Código de Aguas (Decreto n.º. 24.643 de 10 de julio de 1934), notoriamente en su capítulo que trata de la propiedad de las aguas públicas, no fue considerada por la Constitución vigente, por colidir con los cambios introducidos por el constituyente, como la exclusión del dominio de los municipios sobre las aguas que están ubicadas exclusivamente en su territorio.

Así conforme dispuesto en la Carta Magna, no existen aguas públicas de dominio municipal en Brasil.

La competencia del Gobierno Federal

Aunque el constituyente haya dividido entre el Gobierno y los Estados el dominio sobre las aguas, la competencia legislativa fue atribuida privativamente al Gobierno (Artículo 22, inciso IV), lo que caracteriza la llamada heteronomía de KELSEN¹. Ello significa que, en la práctica, el Estado tiene el dominio sobre

¹ Jurista austríaco (1881-1973), autor de “Teoría Pura del Derecho”.

“Así conforme dispuesto en la Carta Magna, no existen aguas públicas de dominio municipal en Brasil”.

el bien, pero la expresión de su poder político se somete a las normas definidas por el Gobierno Federal.

A pesar de la primacía del Gobierno en el campo legislativo, al realizar la aplicación sistemática de la Constitución, podemos concluir que cabe al Estado complementar la legislación federal, disciplinando y adecuando los aspectos específicos del tema a las

peculiaridades que le caben en el ejercicio del dominio.

También fue atribuida al Gobierno la competencia para instituir sistema nacional de administración de recursos hídricos y definir criterios de otorgamiento de derechos de su uso (Artículo 21, inciso XIX), lo que se dio por intermedio de la Ley n.º. 9.433, de 8 de enero de 1997, que instituyó la Política Nacional de Recursos Hídricos y reglamentó el dispositivo constitucional.

Las atribuciones del Gobierno no están limitadas a los artículos que mencionan directamente a agua, pues al establecerse directrices para el saneamiento básico (Artículo 21, inciso XX), dispone sobre cuencas hidrográficas y recursos hídricos, como podemos deducir de la Ley n.º. 11.445, de 5 de enero de 2007.

¿Qué compete a los Estados?

Cabe a los Estados y al Gobierno Federal legislar concurrentemente sobre la defensa de los recursos naturales, protección al medio ambiente, control de la polución (Artículo 24, inciso VI) y responsabilidad por daño al medio ambiente (Artículo 24, inciso VIII).

En el ejercicio de esa competencia, cabe al Gobierno la edición de normas generales y a los Estados, añadir en lo que quepa (Artículo 24, § 2º). A la ausencia de normas federales, el Estado puede legislar plenamente para atender a sus peculiaridades, pero en la superveniencia de ley federal sobre normas generales, la ley provincial será suspendida si es contraria (Artículo 24, § 3º y § 4º).

Además de la competencia concurrente al Gobierno, los Estados tienen la prerrogativa de instituir regiones metropolitanas, aglomeraciones urbanas y microrregiones formadas por el agrupamiento de municipios limítrofes con el propósito de integrar la organización, el planeamiento y la ejecución de funciones públicas de interés común.

Esa, ciertamente, es una de las facultades más relevantes hoy día, en que las divisiones territoriales que separan los municipios fueron suplantadas por las conurbaciones en algunos casos formadas por el intenso movimiento migratorio de la población del campo para las metrópolis.

La integración de esos entes encuentra amparo en la necesidad de promocionar condiciones de desarrollo y salubridad, independiente de la geografía, relieve, disponibilidad hídrica o de la condición económica y financiera de la población instalada en áreas que ultrapasen límites territoriales.

Competencia común al Gobierno, Estados y Municipios en materia de agua

En el sistema federativo brasileño, entre las incertidumbres consecuentes de las disputas por la prestación de servicios de agua, hay cuestiones en que los entes no se pueden omitir, delante de la claridad del constituyente al definir que todos los entes deben proteger, promover y combatir.

Entre esas señalamos la competencia común del Gobierno, Estados y Municipios para proteger el medio ambiente, combatir la polución en cualquier de sus formas (Artículo 23, inciso VI) y promover la mejoría de las condiciones de saneamiento básico (Artículo 23, inciso X). Esos son deberes destinados a los entes de la Federación, poco importando el dominio sobre el agua o si hay la atribución de legislar sobre la materia, tratándose de un poder-deber.

Conclusión

Desde el inicio de los tiempos, la humanidad evolucionó mediante la existencia de condiciones mínimas que garantizan su supervivencia y de forma elemental el agua está presente en todas las etapas de la vida.

Tras analizar la sistemática constitucional que directa e indirectamente disciplina la actuación de los entes de la Federación relación al recurso natural “agua”, como consecuencia natural, hay un despertar para la importancia del recurso hídrico y las preocupaciones reveladas por el constituyente al limitar la actuación de los Estados y Municipios al mismo tiempo en que compromete todos los entes con el deber de proteger y conservar.

Por esos motivos es fundamental conocer la Constitución y las responsabilidades que transcurren de su carácter impositivo. Así, será menos ardua la tarea de cobrar de cada ente obligaciones resultantes de su legitimación, previstas en la Carta Magna.

EMBASA

Inversión en Bahia será del orden de R\$ 3 mil millones

La Empresa Baiana de Aguas (Embasa) ejecutará este semestre tres grandes obras estructurales de abastecimiento

en la región sisalera, beneficiando más de 350 mil personas. Las inversiones ultrapasarán los R\$ 100 millones y hacen parte del programa "Agua para Todos" del gobierno de Bahia que hasta el fin del año 2010 deberá invertir R\$ 3 mil millones en saneamiento ambiental básico en la capital y en el interior del estado. En el seminario, sedes y localidades de 30 municipios serán beneficiadas con la construcción de la aductora de Pedras Altas. La ampliación del Sistema Integrado de Serrinha se realiza con el refuerzo en los servicios de Conceição do Coité. *(Asesoría de Prensa de Embasa)*



CASAL

Iniciada pesquisa sobre vaciamiento en Maceió

La Compañía de Saneamiento de Alagoas (Casal) inició en enero una pesquisa de vaciamiento y pérdidas no visibles en el área de alcance del estanque R-4 localizado en el barrio Farol en Maceió. Ese trabajo hace parte del Programa de Combate y Reducción de Pérdidas, inserido en el convenio firmado entre Casal y la Compañía de Saneamiento Ambien-

tal Básico del Estado de San Paulo. En los servicios son utilizados equipamientos electrónicos modernos basados en geofonía y ultrasonido. Otro trabajo del programa son visitas técnicas a los hogares de Maceió iniciadas en febrero. El objetivo es obtener informaciones sobre ligaciones hogareñas de agua e hidrómetros. *(Asesoría de Prensa de Casal)*

SABESP

Aprobados R\$ 826 millones en préstamos

La Compañía de Saneamiento Básico del Estado de San Paulo (Sabesp) obtuvo aprobación del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) para la emisión de R\$ 826 millones en préstamos. Los recursos serán destinados al programa de inversión 2009/2011 que totaliza R\$ 1 mil millones e irán colaborar con la meta de la compañía

de universalizar hasta el 2018 los servicios de agua y agotamiento en su área de actuación. Los préstamos serán hechos por BNDES y por BNDESPar, el brazo de inversión en empresas del banco. Serán tres emisiones en el valor de R\$ 275,37 millones cada una divididas en tres series. *(Asesoría de Prensa de Sabesp)*

CAGEPA

Agua para Tibiri II por más 20 años

La Compañía de Agua de Paraíba (Cagepa) inició la segunda fase de ampliación del sistema de abastecimiento de tres barrios de la ciudad de Santa Rita, entre ellos Tibiri. Será implementado el cambio y el aumento de los conjunto de motor y bomba, construcción de una nueva línea de aductora y de un estanque apoyado con capacidad de almacenar 3000 m³ de agua. Según Cagepa, el objetivo es doblar la capacidad de aducción. Los R\$ 3,5 millones para el proyecto vienen de obras de abastecimiento de agua ejecutadas en Bessa, Valentina Figueiredo y en el propio Tibiri II, cuando ejecutada su primera fase. *(Asesoría de Prensa de Cagepa)*

CESAN

Resultados Históricos

En el 2009 la Compañía de Espírito Santo de Saneamiento (Cesan) alcanzó resultados nunca alcanzados. El destaque se quedó con la inversión de más de R\$ 300 millones proyectados para 2010. La aplicación de los recursos se hará posible gracias al desempeño de los empleados de gestión y operación. Como reconocimiento, Cesan promovió el evento "Destaque Gestión 2009" para 400 personas. Fueron entregues 80 certificados a las equipes que desarrollaron e implantaron proyectos en el 2009. Cesan también obtuvo índice de 68,75% de aprobación de los clientes. *(Asesoría de Prensa de Cesan)*

SANEPAR

Zona de raíces trata el agua negra en Foz do Iguaçu

El sistema alternativo de tratamiento de agua negra por zona de raíces implantado en la escuela municipal Padre Luigi Salvucci en la ciudad de Foz do Iguaçu presenta buenos resultados de acuerdo a las técnicas de la Compañía de Saneamiento de Paraná (Sanepar). El análisis muestra que el tratamiento es eficiente, fueron analizados más de 20 parámetros, entre químicos y biológicos del agua negra in natura y del afluente tratado. El análisis de Demanda Química de Oxígeno (DQO) que mide la reducción de carga orgánica

existente en el agua negra – uno de los parámetros responsables por testar la eficiencia del tratamiento – demostró variación positiva entre 52% y 99%, con promedio de 85,5%. El tratamiento fue desarrollado por las biólogas de la Universidad Federal de Paraná, Tamara Van Kaick y Caroline de Macedo, el sistema alternativo de tratamiento de agua negra por zonas de raíces se ha demostrado ideal para

regiones con suelos con baja capacidad de absorción y filtraje de materiales orgánicos. El sistema vino de Alemania, utiliza vegetales aeróbicos como papiro, caña de azúcar, strelitzia, cortadela y Heliconia. Las raíces de esas especies son responsables por la retención de los residuos y por la oxigenación. (Asesoría de Prensa de Sanepar)



SANEATINS

Educación ambiental busca acabar con aceite culinario en la redes

La más reciente compañía estadual de saneamiento a adherir al proyecto de reciclaje de aceite en cocinas es la de Tocantins (Saneatins), que en conjunto con la empresa Collection Reciclaje, realizan campañas de Educación ambiental. El proyecto incentiva la colecta selectiva del aceite en bares, restaurantes y hogares, almacenán-

dolo adecuadamente y beneficiándolo en petrodiesel. El aceite culinario consumido por millones de personas y descartarlo de manera incorrecta es altamente contaminante, pues, además de obstruir la red, perjudica el tratamiento del agua negra y produce una gran cantidad de gas metano. (Asesoría de Prensa de Saneatins)

CAER

Educación Ambiental es acción prioritaria

La Compañía de Agua de Roraima (Caer), hace más de 20 años, invierte esfuerzos en actividades de Educación Ambiental en las universidades, asociaciones de moradores, iglesias y otras organizaciones visando disminuir el abismo cultural que puede crear déficit ambiental, una vez que la capital Boa Vista es escenario de uno de los mayores crisoles culturales del país. Más del 80% de las escuelas del estado recibieron palestras en que maquetas de estaciones de tratamiento de agua blanca y negra son utilizadas como herramientas pedagógicas, ofreciendo conocimiento sobre racionalidad de agua y tratamiento de afluentes. (Asesoría de Prensa de Caer)

CAGECE

Consumo de agua en Ceará creció en el 2009

El consumo de agua en Ceará (considerando los 19 municipios atendidos por la Compañía de Agua de Ceará – Cagece) aumentó un 4% en el 2009 si comparado con el año anterior. En el 2009, la población de Ceará consumió 232 millones de m³ de agua tratada. El volumen consumido en el período representó nueve millones de metros cúbicos de agua a más de lo que en el 2008.

En la misma medida, la ciudad de Fortaleza aumentó el consumo en cinco millones de metros cúbicos de agua, con eso hubo un incremento de un 3,3% en el volumen consumido. Uno de los principales motivos es el incremento en el número de clientes. (Asesoría de Prensa de Cagece)



CAERN

El 73% de Natal será saneado hasta 2014

Para ofrecer a Natal la estructura sanitaria necesaria adecuada para los juegos de la Copa de 2014, la Compañía de Aguas de Rio Grande del Norte (Caern) está invirtiendo R\$ 323,7 millones, de los cuales R\$ 283,3 millones en agotamiento sanitario y R\$ 40,4 millones en mejoras y ampliaciones de las redes de abastecimiento de agua de la capital. Con esa inversión la capital saltará de los 33% para 61% de atención con colecta de agua negra. Caern también encaminó proyecto en el valor de R\$ 215,6 millones para el PAC de la Copa que serán suficientes para sanear un 73% de la ciudad y 100% de la zona sur. (Asesoría de Prensa de Caern)

COSANPA

Nuevos tiempos en el saneamiento de Pará

Se prevé para el mes de marzo la mayor obra de saneamiento del Norte del país. Al asumir el gobierno del Estado en el 2007, la gobernadora Ana Júlia Carepa garantizó a la Compañía de Saneamiento de Pará (Cosanpa) recurso para retomar las obras de ampliación de la estación de captación de agua bruta del río Guamá y de la estación de tratamiento de agua del Bolonha, cuya capacidad de

producción pasará de 3,2 mil l/s para 6,4 mil l/s. Las obras se encontraban paralizadas hacía más de dos años. Con el Complejo Bolonha, Cosanpa solucionará el abastecimiento de agua de Belém y región metropolitana para los próximos 20 años. Las obras cuentan con aproximadamente R\$ 110 millones financiados por Caixa Económica Federal y contra partida del gobierno Estadual. (Asesoría de Prensa de Cosanpa)



Estación de tratamiento de agua potable (ETAP) Guamá



Sanesul tiene nuevos coches

SANESUL

Aumento de 750% en las inversiones en MS

La prestación de cuentas presentada en los 31 años de la empresa de Saneamiento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) demuestra que entre el 2007 y el 2010 se está invirtiendo R\$ 420 millones en saneamiento en el estado. El valor es 750% superior a los R\$ 49,2 millones invertidos en

los cuatro años anteriores al actual gobierno. Un video con las inversiones realizadas demostró el salto en la calidad y en los recursos a partir del 2007. Los números comprueban el aumento de 400% en los recursos invertidos si comparados a todas las inversiones realizadas entre 1999 y 2009. Es un salto de R\$ 84 millones para R\$ 420 millones, de los cuales 60% de los recursos son de Sanesul y del gobierno del Estado. (Asesoría de Prensa de Sanesul)

Latinosan 2010

Planeando el uso Racional de energía eléctrica



2010
CONFERENCIA LATINOAMERICANA
DE SANEAMIENTO

Es grande la preocupación con la reducción de los costos operacionales de los servicios de saneamiento básico en los países de Latinoamérica. Diversas acciones fueron realizadas y otras están en planeación o en ejecución. Aprovechando el encuentro de técnicos de Latinoamérica y de Caribe en Latinosan 2010, en Banco Internacional de Desarrollo (BID), la Asociación de Empresas de Saneamiento Ambiental Básico (Aesbe), Itaipú Binacional y la Compañía de Saneamiento de Paraná (Saneapar) promoverán en los días 13 y 14

de marzo de 2010 en Foz do Iguaçu (PR) el seminario "Planeando el Uso Racional de Energía Eléctrica en Servicios de Abastecimiento de Agua y Agotamiento Sanitario".

El evento está direccionado para gerentes, asesores y técnicos de empresas prestadoras de servicios de agua y agotamiento sanitario en el área de energía eléctrica y miembros de los comités de gestión energéticas de los operadores de servicios de agua y agotamiento y se insieren en la red de cooperación entre los Operadores de Saneamiento Básico de

Latinoamérica y Caribe (WOP LAC). Entre los objetivos del seminario se destacan la estructuración de acciones para el planeamiento estratégico del uso racional de energía eléctrica; presentar mejores prácticas en servicio de mantenimiento de sistemas eléctricos; compartir experiencias entre los participantes en temas relacionados con la eficiencia energética; entrenar gerentes y técnicos en temas relacionados a la eficiencia energética; e identificar oportunidades para la economía de energía en empresas de saneamiento.

¡Preguntar no ofende!

PAC: para acelerar el crecimiento

Últimamente, incluso para justificar atrasos en programas gubernamentales, se ha noticiado que hubo el desmonte del Estado y, con la falta de profesionales calificados, el sector público perdió parte de su capacidad de ejecutar. ¿Pero qué se puede decir de sectores donde ocurrió exactamente el opuesto? Por ejemplo: hasta recientemente el saneamiento no tenía representación, pero le ha sido regalado un Ministerio y una Secretaría, sin embargo los atrasos en los emprendimientos no han sido reducidos.

¿Quizás si hubiera celeridad en los emprendimientos, si fueran desburocratizadas actividades, simplificadas normativas, reti-

radas las exigencias exageradas, uniformizados los procedimientos para la financiación por parte de Caixa Econômica Federal y BNDES, aceleradas las licencias ambientales y adoptados procedimientos de financiación internacionales?

Dudas crueles: confusiones a corto plazo

La ley n° 11.445/07 trajo avances, incluso en la obligatoriedad de los titulares planearen el saneamiento para todos los sistemas de agua y desague sanitario.

¿Dos cuestiones se presentan: ¿Hay garantías de recursos para implementar esos planes? ¿La destinación de los recursos adoptaría los criterios

epidemiológicos, de bajo IDH, de carencia generales de la población y otros definidos en los planes de saneamiento?

Titularidad: confusiones a mediano plazo

Los problemas institucionales envolviendo el saneamiento básico son inagotables. Cuando todo caminaba para la normalidad, gracias la existencia de la ley n° 11.445/07 que reglamenta el sector, surgen cuestiones de solución compleja.

Por ejemplo, ¿cómo montar un marco regulatorio para el sector, de responsabilidad del titular, si el STF todavía analiza la competencia para la prestación de los servicios?



Pós-Graduação *Lato Sensu* em

Direito do Saneamento



MÓDULO I - DISCIPLINAS GERAIS (76 HORAS)

Metodologia do Ensino e da Pesquisa Jurídica (12h/a)
Saneamento Básico: Noções Gerais (20h/a)
Direito Constitucional (20h/a)
Direito Tributário (24h/a)

MÓDULO II - DIREITO ADMINISTRATIVO (124 HORAS)

Direito Administrativo-Financeiro (20h/a)
Licitações e Contratos Administrativos (24h/a)
Serviços Públicos (28h/a)
Estatuto das Cidades (16h/a)
Lei de Consórcios Públicos (16h/a)
Lei do Saneamento (20h/a)

MÓDULO III - BLOCO APLICADO DE DIREITO AMBIENTAL (44 HORAS)

Direito Ambiental Geral (28h/a)
Recursos Hídricos (16h/a)

MÓDULO IV - DIREITO REGULATÓRIO (48 HORAS)

Fundamentos da Economia da Regulação (20h/a)
Direito Administrativo Regulatório (28h/a)

MÓDULO V - DIREITO PRIVADO (56 HORAS)

Direito do Consumidor (28h/a)
Direito Civil (28h/a)

MÓDULO VI - TÓPICOS ESPECIAIS (20 HORAS)

Tópicos da atualidade em Serviços Públicos
Questões atuais e controvertidas da Lei de Consórcios Públicos
Questões atuais e controvertidas da Lei do Saneamento
Tópicos da atualidade em Direito ambiental e recursos hídricos
Questões atuais e controvertidas da legislação de crimes ambientais
Tópicos da atualidade em Regulação Econômica e Jurídica
Tópicos da atualidade em Direito do Consumidor
Tópicos da atualidade em Direito do Trabalho

CORPO DOCENTE

Christine Oliveira Peter
Doutoranda e Mestre em Direito e Assessora de Ministro do STF

Fabiano Jantalia
Mestre em Direito e Procurador do Banco Central

Flávio Henrique Unes Pereira
Doutorando e Mestre em Direito e Advogado

Juliana Santilli
Doutoranda e Mestre em Direito e Promotora de Justiça do MPDFT

Márcia Dieguez Leuzinger
Doutora em Desenvolvimento Sustentável e Procuradora do Estado do Paraná

Marcos Thadeu Abicalil
Mestre e Analista Sênior do Banco Mundial

Marlon Tomazette
Mestre em Direito, Procurador do DF e Advogado

Paulo Roque Khouri
Mestre em Direito e Advogado

Rodrigo Pereira de Mello
Doutorando e Mestre em Direito e Consultor Jurídico

Victor Carvalho Pinto
Doutor em Direito Administrativo e Consultor Legislativo do Senado Federal

Wladimir Antonio Ribeiro
Mestre em Direito, Advogado e Consultor Especial do Ministério das Cidades

INVESTIMENTO

18 (dezoito) parcelas de R\$500,00 (quinhentos reais).

Associados AESBE (15% de desconto):

18 (dezoito) parcelas de R\$425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais).

CRONOGRAMA

Semanalmente, às segundas e quintas-feiras, das 19h às 22h40.
Ocasionalmente, poderão ser ministradas aulas em dias diferentes do previsto.

CERTIFICADO

Especialista em Direito do Saneamento, com validade nacional, nos termos da Resolução CNE/CES N° 1, de 8 de junho de 2007.

Metodologia

As aulas são realizadas na sede do IDP (em Brasília-DF) e transmitidas ao vivo para todo Brasil, conforme o cronograma do curso. O aluno acompanha a transmissão da aula por meio da internet no ambiente virtual do IDP Online e um monitor de curso oferece, via chat, a possibilidade de interação ao vivo entre o docente da disciplina e os alunos matriculados. Os alunos podem acompanhar as aulas presencialmente na Sede do IDP (em Brasília).

Informações

Telefone: (61) 3535.6565 | E-mail: pos.saneamento@idp.edu.br
Endereço: SGAS Quadra 607 . Módulo 49 . Via L2 Sul . Brasília-DF . CEP 70200-670
Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP

www.idp.edu.br/saneamento



Gestão Associada: aprovada pela Casan, por dezenas de Prefeituras e milhões de catarinenses.

Na Gestão Associada, Casan e Prefeituras trabalham juntas para ampliar o abastecimento de água e o saneamento básico no Estado. A Casan entra com o apoio técnico e financeiro, e as Prefeituras decidem onde realizar as obras. Assim, os sistemas de água e tratamento de esgoto chegam mais rápido e as Prefeituras podem se dedicar a outras obras importantes para a população.

Gestão Associada: uma parceria pelo bem-estar dos catarinenses.

Saiba mais sobre as parcerias em: www.casan.com.br



Gestão
Associada



Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário Canasvieiras – Florianópolis.



Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário Barra da Lagoa – Florianópolis.



Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário – Criciúma.



Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário – São Joaquim.



Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário Insular – Florianópolis.